



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

**IMPORTÂNCIA DA ACTUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS CASOS DE
ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. CASO DO COLÉGIO PÚBLICO
Nº 4082, NO MUNICÍPIO DE CACUACO NA PROVÍNCIA DE LUANDA
NO I TRIMESTRE DE 2024-2025**

Autora: Jovita Kediamosiko Manuel

Orientador: Antónino da Conceição Bequengue Feijó, Lic.

Luanda, 2025

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

**IMPORTÂNCIA DA ACTUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS CASOS DE
ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. CASO DO COLÉGIO PÚBLICO
Nº 4082, NO MUNICÍPIO DE CACUACO NA PROVÍNCIA DE LUANDA
NO I TRIMESTRE DE 2024-2025**

Trabalho de Fim de Curso apresentado ao Instituto Superior de Angola (ISA), como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura na especialidade de Psicologia. Sob orientação do professor Antónino da Conceição B. Feijó, Lic.

Autora: Jovita Kediamosiko Manuel

Orientador: Antónino da Conceição Bequengue Feijó, Lic.

Luanda, 2025

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA EM PSICOLOGIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**IMPORTÂNCIA DA ACTUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS CASOS DE
ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. CASO DO COLÉGIO PÚBLICO
Nº 4082, NO MUNICÍPIO DE CACUACO NA PROVÍNCIA DE LUANDA
NO I TRIMESTRE DE 2024-2025**

O júri:

Presidente: _____

1º vogal: _____

2º vogal: _____

Secretário (a): _____

CLASSIFICAÇÃO _____

DATA DA DEFESA _____ / _____ / _____

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, André Tandu Manuel e a minha mãe, Maria Wumba, pela força, coragem que sempre me deram para não desistir dos estudos apesar da responsabilidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me tem guiado, protegido, orientado, capacitado, dando conhecimento, forças e sabedoria na minha vida.

Ao meu esposo, André Tandu Manuel, a minha mãe, Maria Wumba, aos meus filhos, Eleito Manuel, André Manuel, Nazariana Manuel e Madalena Manuel, pelo ambiente que me proporcionaram permitiu equilíbrio psico-emocional, indispensável para a redacção do mesmo.

Ao meu orientador Antónino da Conceição Bequengue Feijó, Lic., que orientou-me com paciência e os seus conhecimentos e experiência, mostrando o caminho na elaboração científica deste trabalho. Sempre com espírito de pai e sincero com sorriso íntegro.

Ao professor Miguel Pedro Mavunga, pelos conselhos e coragem na elaboração do TFC.

Ao Instituto Superior de Angola (ISA), que nos disponibilizou a possibilidade da formação no grau de licenciatura.

Aos meus colegas, Maria Sebastião e Paulina António, os seus conselhos ajudaram-me atingir os meus objectivos.

EPÍGRAFE

“Abuso sexual todo e qualquer
envolvimento de uma criança em
actividades sexuais”.

Azambuja (2011)

RESUMO

O presente trabalho visa compreender a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda no I Trimestre de 2024-2025. Nesta investigação usou-se a pesquisa exploratória, desta forma elaborou-se como pergunta de partida: Qual é a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082 no Município de Cacuaco na Província de Luanda no I Trimestre de 2024-2025? Para responder a nossa problemática partimos nas seguintes hipóteses: H1. A presença do psicólogo nas instituições, reduz significativamente a existência de casos de abusos sexuais; H2. O psicólogo teve influência nos casos de abuso sexual para minimizar os aspectos que afectam as crianças; H3. O psicólogo pode ter influência directa na actuação ao abuso sexual, sua presença permite a redução do abuso sexual. Traçamos como objectivo geral Compreender a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, Cacuaco. Objectivos específicos, identificar a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, Cacuaco; descrever a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, Cacuaco; reforçar a actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082 no Município de Cacuaco na Província de Luanda. Assim, os nossos objectivos e as hipóteses foram confirmados.

Palavras - Chave: Actuação do psicólogo, Abuso sexual e Infanto-juvenil.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the importance of the psychologists' performance in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082, in the Municipal district of Cacuaco in the Province of Luanda in the I Trimester of 2024-2025. In this investigation the exploratory research was used, this way it was elaborated as departure question: Which is the importance of the psychologists' actuação in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082 in the Municipal district of Cacuaco in the Province of Luanda in the I Trimester of 2024-2025? To answer our problem we left in the following hypotheses: H1. The presence of the psychologist in the institutions, reduces the existence of cases of sexual abuses significantly; H2. The psychologist had influence in the cases of sexual abuse to minimize the aspects that they affect the children; H3. The psychologist can have influence direct in the actuação to the sexual abuse, his/her presence allows the reduction of the sexual abuse. We drew as general objetivo to Understand the importance of the psychologists' performance in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082, Cacuaco. Specific Objectives, to identify the importance of the psychologists' actuação in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082, Cacuaco; to describe the importance of the psychologists' performance in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082, Cacuaco; to reinforce the psychologists' performance o in the cases of infanto-juvenile sexual abuse. In case of the Public School n? 4082 in the Municipal district of Cacuaco in the Province of Luanda. Like this, our objectives and the hypotheses were confirmed.

Words - Key: The psychologist's performance, sexual and Infanto-juvenile Abuse.

LISTA DE ABREVIATURAS

APA - American Psychiatric Association

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CFP - Conselho Federal de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECAS - Escala de Crenças Sobre o Abuso Sexual

EE - Escuta Especializada

INAC - Instituto Nacional da Criança

NICHD - National Institute of Child Health and Human Development

PACP - Psicanálise, Abordagem Centrada na Pessoa

RSJCA - Relatório sobre o sistema de justiça para as crianças em Angola

TCC - Terapia Cognitivo-Comportamental

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTO.....	II
EPÍGRAFE.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
1.1. Definição de termos e conceitos	5
1.2. Abordagem histórica sobre o abuso sexual.....	6
1.3. Abuso sexual.....	7
1.4. Trauma psicológico.....	8
1.5. Psicólogo.....	8
1.6. A importância da actuação dos psicólogos nos casos de abusos sexuais.....	8
1.7. Abuso sexual em crianças.....	10
1.8. Tipologias de Abuso.....	11
1.9. Perfil da Criança-Adolescente Sexualmente Abusada.....	12
1.10. Consequências do Abuso Sexual.....	12
1.10.1. Físicas.....	13
1.10.2. Económicas e sociais.....	13
1.10.3. Psicológicas.....	14
1.11. Penalização do Abuso Sexual em Angola.....	16
1.12. Repercussões Sociais do Abuso Sexual em Angola.....	18
1.13. Práticas Culturais Vinculadas ao Abuso Sexual.....	19
1.14. Acolhimento institucional da criança.....	21
1.15. Intervenções da psicologia frente ao abuso sexual Infanto-Juvenil (ASI).....	23
1.16. A actuação do psicólogo e o manejo intersectorial.....	24

CAPÍTULO II. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	28
2.1. Tipo de pesquisa.....	28
2.2. Modelo de abordagem.....	28
2.3. Níveis de estruturação de métodos.....	28
2.4. Técnicas de recolha de dados.....	30
2.5. Instrumento e procediemnto.....	30
2.6. População e Amostra.....	31
2.7. Caracterização do campo de estudo.....	32
2.8. Dificuldades encontradas.....	33
CAPÍTULO III. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	34
3.1. Apresentação e interpretação dos resultados.....	34
Conclusões.....	55
Sugestões.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	56
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre a importância da atuação do psicológico nos casos de abuso sexual, abordando os pontos fundamentais e as questões que essas pessoas sofrem, que podem perpetuar por muito tempo, devido as consequências de um abuso e tanto que ele pode interferir na vida de alguém. Os abusos causam e deixam muitas marcas em suas vítimas que na hora do ocorrido pode ser imensurável, no entanto vai ser percebidas com o passar do tempo em atitudes ou actividades realizadas que as mesmas conseguem transparecer o que aquela violência lhe causou.

O psicólogo como um profissional capacitado e com uma escuta qualificada é de extrema importância, pois não se trabalha apenas com a vítima e suas questões, mas também com a família em que ela está inserida sendo assim minimizando o impacto causado. Até porque existem dois tipos de abuso, o intrafamiliar e o extrafamiliar. O intrafamiliar sendo causado por pessoas próximas, um membro da família um cuidador, e o extrafamiliar por pessoas sem laços parentais vizinhos, professores, entre outras.

Será evidenciado o impacto dos abusos, os traumas que ele pode provocar, e como a atuação do psicólogo é fundamental nessa situação, com a psicoterapia essa pessoa enfrentará da melhor forma. As vítimas de abuso sexual muitas vezes são negligenciadas pela sociedade, até mesmo por quem deveria ajudar, além de sofrer ainda hoje preconceitos pelo meio social. Por isso é de suma importância aborda esse tema e o papel imprescindível da atuação do psicólogo, fazendo o acolhimento e amenizando o sofrimento.

Este trabalho tem como objectivo geral: compreender o impacto da importância da atuação dos psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Tendo como objectivos específicos: definir os conceitos chaves, compreender o meio de atuação do psicólogo e enfatizar a importância de um acompanhamento psicológico, identificar as causas e consequências do abuso sexual.

O papel do psicólogo é imprescindível e essencial, pois é com o apoio desses profissionais que as vítimas conseguem lidar e minimizar todo sofrimento, e seguir em frente. O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, através da

pesquisa qualitativa e descritiva sendo revisões de literatura, em artigos, livros e revistas contendo embasamento científico ao tratar de um assunto tão importante e sensível que é o abuso sexual.

Em relação à metodologia utilizada para pesquisa, quanto aos fins foi a pesquisa exploratória e quanto aos meios foi a pesquisa bibliográfica. Desta forma levantou-se a seguinte questão:

Qual é a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda no I Trimestre de 2024-2025?

Formulação de hipóteses

Como respostas antecipadas ao problema a cima descrito, elaborou-se três hipóteses que podem ou não ser confirmadas no final do estudo.

H1. A presença do psicólogo nas instituições, reduz significativamente a existência de casos de abusos sexuais;

H2. O psicólogo teve influência nos casos de abuso sexual para minimizar os aspectos que afectam as crianças;

H3. O psicólogo pode ter influência directa na actuação ao abuso sexual, sua presença permite a redução do abuso sexual.

Objectivos de estudo

Toda pesquisa científica se orienta por meio de objectivos, sendo universalmente conhecidas duas categorias, nomeadamente a categoria de objectivo geral e objectivos específicos.

De acordo com Gil (2002) objectivo geral indica o maior propósito da pesquisa, porém, os específicos correspondem as acções específicas que precisam materializadas para a concretização da pesquisa. Assim, mediante a compreensão obtida, foram elaborados os seguintes Objectivos:

Geral

Compreender a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda.

Específicos

Identificar a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda;

Descrever a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda;

Reforçar a actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda.

Delimitação e limitação

a) Delimitação

O presente estudo está delimitado no Colégio Público nº 4082, Luanda-Cacuaco. O projecto realizou-se no espaço temporal de no 1º trimestre de 2024-2025.

b) Limitação

O estudo limitou-se aos membros da Direcção da Escola, Professores e Alunos.

Justificativa

A escolha do tema tem a ver com a realidade do Colégio Público nº 4082, e com as situações que muitas famílias têm enfrentado no seu dia-a-dia com este fenómeno social. Desta feita, por ser um tema que se enquadra na questão social, acredito que este trabalho venha contribuir, não só para a área social no Colégio Público nº 4082, mas também, para outras instituições que prestam apoio e aquelas que pretendem criar futuramente uma instituição semelhante.

Para a sociedade em geral, este trabalho vai facilitar na compreensão de como os psicólogos actuam perante as situações de abuso sexual infanto-juvenil no nosso País, bem como uma visão ampla do processo identificação de abuso. Porém,

para os académicos, este trabalho servirá como suporte para elaboração de trabalhos de pesquisa, trabalhos de licenciatura e também servirá como fonte de esclarecimento de algumas dúvidas relacionadas com a actuação dos psicólogos quanto a resolução deste fenómeno.

Estrutura do trabalho

Este trabalho estará estruturado em três capítulos:

No capítulo I. Fundamentação teórica, onde abordaremos as definições de termos e conceitos de autores que sustentam a temática em estudo;

No capítulo II. Metodologia de pesquisa, onde abordaremos os métodos, técnicas que se usará para a elaboração da pesquisa;

No capítulo III. Discussão e resultados;

Conclusões;

Sugestões;

Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo abordará as bases teóricas que sustentarão o impacto da importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil no período compreendido de 2024/2025.

1.1. Definição de termos e conceitos

Para melhor compreensão sobre o tema em abordagem, segue-se a definição dos termos e conceitos da pesquisa.

2.1.2. Actuação do psicólogo

Segundo Habigzang, (2011. p. 338) define que, o psicólogo é aquele que ajuda as pessoas a entenderem pensamentos e emoções, buscar por qualidade de vida e equilíbrio emocional.

A actuação do psicólogo desempenha um papel crucial na prevenção, identificação e intervenção nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. O abuso sexual é uma realidade complexa e devastadora que afecta a vida de crianças e adolescentes, e a presença de um profissional de saúde mental, como o psicólogo, é fundamental por várias razões (Zink, 2009).

Para Silva, (2011), o psicólogo é o profissional que estuda as funções mentais e o comportamento humano, por meio de métodos científicos, dedicasse a compreender a psique e os distúrbios que podem vir afectá-la.

Mediante esta análise, o psicólogo é o profissional que avalia, diagnostica, trata e estuda comportamento e processos mentais.

2.1.2. Abuso sexual

Na óptica de Azambuja (2011), define como abuso sexual todo e qualquer envolvimento de uma criança em actividades sexuais em que ele ou ela não compreenda na totalidade ou em que, face às quais, não seja capaz de dar um consentimento informado ou não esteja preparada em termos de desenvolvimento para essa actividade, não a podendo consentir, ou que viole as leis e tabus da sociedade.

Na visão de Sanderson (2005, p.16), define abuso sexual em crianças como uma gama de actividades sexuais que se envolvem contacto físico. Isso significa

beijos inapropriados ou com boca aberta, carícias nos seios ou genitais, masturbação, sexo oral e penetração com os dedos ou pênis.

Para Florentino (2015), o abuso sexual também pode ser entendido como incesto, o qual, de modo geral, dura um longo período e pode ocorrer com o conhecimento e cobertura de outros membros da família.

2.1.3. Infanto-juvenil

Para Kramer (2006, p. 13), “a infância é compreendida como período da história de cada um, que se estende na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade”. Ou seja é uma concepção que reconhece o que é específico da infância, que é o poder de imaginação, fantasia e criação.

Segundo a fonte de informática (2023), diz que, à infância e a juventude (infanto-juvenil), infanto-juvenil é um ramo dentro da literatura geral especializado em criar conteúdo dedicado às várias fases da infância e adolescência. Os contos de fada são os maiores e mais famoso exemplo desse tipo de literatura.

Para Dicio, (2003), explica que, a fase “infanto-juvenil” refere, ao tempo, período da infância, da adolescência e à juventude que ocorre num determinado indivíduo.

1.2. Abordagem histórica sobre o abuso sexual

Actualmente, o abuso sexual contra crianças e adolescentes é praticado por qualquer classe social, ganhando visibilidade no nosso quotidiano. Considerando a alta importância do conhecimento das medidas de enfrentamento o abuso sexual infanto-juvenil, além de tratar questões com foco na família, com intuito de apresentar algumas formas de enfrentamento para que seja iniciado o processo de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O abuso acompanha a história humana e afecta todos os grupos e classes sociais. Isso também levou a um declínio na qualidade de vida de indivíduos e comunidades e, na sociedade contemporânea, constitui um sério problema de saúde pública em todo o mundo. Entre os diferentes tipos de violência, o abuso sexual sempre foi uma preocupação, e esse fenómeno é comum na sociedade em geral. Estima-se que aproximadamente 40 milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo sejam vítimas de abuso sexual por ano. No entanto, devido à ocorrência

desses incidentes, à frequente dependência das vítimas dos agressores e o medo do constrangimento associados ao relato de tais actos de violência, essa estimativa pode ser subestimada (Santos et al., 2018).

O Ministério da Saúde entende que a violência sexual contra crianças e adolescentes se refere a qualquer comportamento que os torne vulneráveis, e esses comportamentos colocam em risco seus direitos humanos para desfrutar de um desenvolvimento sexual saudável, independentemente de serem praticados por membros da família ou de serem conhecidos. A violência pode acontecer com ou sem permissão pessoal do menor. É importante enfatizar que, por ser menor de idade, ele não assume nenhuma responsabilidade por suas acções e é responsabilidade do tutor ou do estado tomar as medidas legais apropriadas para garantir a segurança do jovem, bem como as condições físicas, sociais e psicológicas (Brasil, 2013).

Santos (2010) retrata o quotidiano de inúmeras crianças e adolescentes no século XX. Muitos deles aprendiam prematuramente a vida árdua nas ruas, estavam expostos a todas as formas de violência, sendo uma delas violência sexual.

Conforme Lima e Diolina (2013, pp. 11-12), existem consequências desse tipo de violência que perduram ou até podem piorar com o tempo, chegando a configurar patologias definidas. Ao longo prazo, esses impactos podem variar conforme subjectividade de cada indivíduo, sua situação emocional e até mesmo estímulos e influências do meio em que está inserido.

1.3. Abuso sexual

Azambuja (2011), define como abuso sexual todo e qualquer envolvimento de uma criança em actividades sexuais em que ele ou ela não compreenda na totalidade ou em que, face às quais, não seja capaz de dar um consentimento informado ou não esteja preparada em termos desenvolvimento para essa actividade, não a podendo consentir, ou que viole as leis e tabus da sociedade.

De acordo com Sanderson, (2005, p. 16), abuso sexual em crianças como uma gama de actividades sexuais que se envolvem contacto físico. Isso significa beijos inapropriados ou com boca aberta, carícias nos seios ou genitais, masturbação, sexo oral e penetração com os dedos ou pénis.

Para Florentino (2015), o abuso sexual também pode ser entendido como incesto, o qual, de modo geral, dura um longo período e pode ocorrer com o conhecimento e cobertura de outros membros da família.

1.4. Trauma psicológico

Na perspectiva de APA (2013), define trauma como um acontecimento que envolva morte, ameaça de morte, ferimento grave, violência sexual ou outra ameaça à integridade física, quer vivido directamente, quer através da observação presencial enquanto o evento ocorria a outra pessoa.

Para Torres Bernal e Mille (2011) definem trauma psicológico como algo que sobrecarrega o indivíduo de uma perspectiva emocional e cognitiva, afectando a sua capacidade de funcionar, lidar com as situações e comunicar.

1.5. Psicólogo

O psicólogo é o profissional que pratica a psicologia e estuda estados mentais, processo e comportamentos perceptivos, cognitivos, emocionais e sociais.

Segundo (Habigzang, Silvia Helena. 2011, p. 338) define que, o psicólogo é aquele que ajuda as pessoas a entenderem pensamentos e emoções, buscar por qualidade de vida e equilíbrio emocional.

Para Silva, (2011), o psicólogo é o profissional que estuda as funções mentais e o comportamento humano, por meio de métodos científicos, dedicasse a compreender a psique e os distúrbios que podem vir afectá-la. Portanto, tendo em conta as definições destes autores, concluo que, o psicólogo é o profissional que avalia, diagnostica, trata e estuda comportamento e processos mentais.

1.6. A importância da actuação dos psicólogos nos casos de abusos sexuais

Um dos meios de actuação do psicólogo é através do atendimento psicossocial, aonde é garantido os direitos de crianças e adolescentes. Sendo o atendimento individual realizado apenas no começo em entrevista preliminar ou quando essa pessoa não estiver preparada para ser atendida em grupo, configurado como conjunto de actividades e acções psico-educativas de apoio, disciplinar e interdisciplinar visa atenção física, jurídica, psicológica, económica em conjunto com

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros serviços da rede. (CFP, 2009).

Esse trabalho não é fácil é preciso bastante estudos e preparação, não se lida apenas com a vítima, mas também com a estrutura familiar da mesma, é preciso estudar local social inserido e a forma de intervenção para melhor atender a demanda dessa criança ou adolescente, oferecendo o maior apoio possível para ele, inserindo nos grupos disponibilizados para atendê-lo. Em primeiro momento é preciso o acolhimento e uma escuta adequada para posterior então dar andamento na intervenção pois o principal objectivo é cessar a violência, e retirar a vítima de tal situação, é necessário muita preparação de toda equipe que vai dar suporte, pois também envolve a justiça ou até a demanda é delegada pela justiça.

Além do psicólogo ter que se adaptar a situação e a realidade para realizar o atendimento é fundamental fazer um estudo de caso juntamente com a equipe, para saber a melhor forma e planejar as acções especificamente para cada caso. Visando sempre o bem-estar da vítima, e soluções eficazes para assegurar todos os seus direitos como cidadã.

Com o aumento dos casos de violência sexual infanto-juvenil foi necessária interservação do CFP (Conselho Federal de Psicologia), dando um maior suporte e direccionamento aos psicólogos, pois a violência psicológica causada nessas pessoas precisa de toda atenção e cuidado, proporcionando e restabelecendo sua saúde mental segundo (CFP, 2009).

Com o apoio psicossocial é possível proporcionar a superação do sofrimento e a reparação da violência sofrida, restabelecendo o convívio social e familiar garantido protecção e direitos. Porém para realizar esse trabalho é preciso muitos estudos, preparação por parte do psicólogo, pois vai encontrar muitas dificuldades é necessário se adaptar a demanda que é lhe trazida e tentar ao máximo interagir a realidade e situação de cada um, pois a intervenção abrange todo o âmbito social, é um trabalho em conjunto com a equipe e a família das vítimas do abuso, muitas vezes será preciso lidar directamente ou indirectamente com âmbito jurídico.

1.7. Abuso sexual em crianças

O abuso sexual em crianças é de natureza social, tendo em vista que é influenciado de maneira intensa pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre, o que dificulta estabelecer uma definição aceite universalmente.

A palavra abuso deriva de *abusus*, cujo prefixo “ab” indica tanto privação como excesso, e “uso” associa-se ao “aproveitamento de algo conforme seu destino”.

Em decorrência desse significado a palavra abuso do ponto de vista jurídico, relaciona-se com aproveitar-se de alguém temporariamente ou de coisas alheias (Libório & Castro 2010; citado por Vasconcelos, 2009).

Assim, numa visão de Sanderson, (2005), o abuso sexual em crianças e adolescentes pode ser considerado como o envolvimento de crianças e adolescentes em actividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho físico, ou de poder, e em que a criança é usada como objecto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos de outrem.

Nesta situação ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física.

Para Stratton (2008, p. 1), o abuso sexual da criança é uma forma de abuso infantil em que as crianças são envolvidas em actividades sexuais inadequadas, na maioria com adultos, e que é psicologicamente danosa para aquela.

Desta feita, nos lembra outro autor, que o abuso é caracterizado como o envolvimento da criança ou jovem em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do adulto ou jovem mais velho, numa posição de poder ou autoridade sobre aquela (Magalhães, et al. 2010, p. 8).

Porém, é importante enfatizar, que o abuso sexual infantil não é sinónimo de violação. Raramente o agressor utiliza força física para concretizar a acção, algumas vezes pode-se estabelecer ou preexistir um vínculo de confiança de autoridade ou poder do qual se aproveita para perpetrar a acção (Intebi, 2011, p. 40).

Vários autores são unânimes em afirmarem que o abuso sexual baseia-se em uma relação de poder desigual entre o agressor e a vítima configurada em três níveis: o poder exercido pelo grande (protector) sobre o pequeno (dependente); a confiança que o pequeno tem no grande; e, o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que o indivíduo tem de propriedade sobre o seu próprio corpo (Gabel, 1997, citado por Habigzang, & Koller, 2014, p. 13).

Ainda segundo a OMS, o abuso sexual é o envolvimento de crianças e adolescentes, com desenvolvimento biológico, psicológico e socialmente imaturos, logo incapazes de dar um consentimento, em actividades sexuais que não compreendem totalmente e que violam as normas sociais, objectivando a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso (Mebarak, Martínez, Herrera & Lorenzo, 2010, citado por Alves, 2015).

O abuso sexual também pode ser definido em duas categorias, de acordo com o contexto de ocorrência: o abuso extrafamiliar, que ocorre fora do contexto doméstico, envolve situações de violência na qual o agressor é uma pessoa desconhecida ou não pertencente ao círculo familiar da vítima, e, o abuso em contexto intrafamiliar que na maioria dos casos é abuso sexual contra crianças e adolescentes (Koller, Moraes et. al, 2005).

1.8. Tipologias de Abuso

Os abusos podem ser tipificados das mais variadas formas, desde o ambiente familiar ao social. Neste contexto, são consideradas tipologias de abuso as seguintes:

1. Abuso físico: qualquer acção não accidental atentada contra terceiros por parte de uma pessoa que exerce um certo poder ou confiança e provoque dano físico na vítima. Pode ainda ser considerado como abuso físico toda acção que envolva o bater, arremessar, sacudir, queimar, etc. podendo ser causadas por um cuidador ou progenitor. Podemos também considerar o “Síndrome de Munchhausen por procuração” ou “doença fictícia por procuração”, que causa danos físicos associados com um fingimento de má saúde por parte da criança a ser deliberado pelos pais ou responsável (Sanderson 2008, p. 4, Departamento de Saúde, 2003).

2. Abuso sexual: envolvimento da criança com jovem ou adulto que vise a gratificação sexual do mesmo. Forçar ou incitar uma criança ou adolescente a tomar parte de actividades sexuais que visam a satisfação de um adulto, estejam elas cientes ou não sobre o acto. Podem envolver actos penetrantes (como por exemplo o estupro ou sodomia) ou não penetrantes e ainda pode incluir actividades sem contacto tais como, levar a criança a olhar ou a produzir material pornográfico (Ibidem, p. 5).

3. Negligência: comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com as crianças e jovens (Ibidem).

4. Abuso emocional: acto de natureza intencional caracterizado pela ausência ou pela falha, persistente ou significativa, activa ou passiva, de suporte afectivo e de reconhecimento das necessidades emocionais da criança ou jovens, de que resultam efeitos adversos no seu desenvolvimento (físico, mental, emocional, moral ou social) e na estabilidade das competências emocionais e sociais, que diminuem a sua auto-estima (Magalhães 2005, 2010, p. 9).

1.9. Perfil da criança-adolescente sexualmente abusada

As crianças vítimas de abuso sexual apresentam alterações que condicionam o seu padrão normal de desenvolvimento com alterações significativas de âmbito físico e psicológico. A elas estão associados: sentimentos de tristeza, apatia, medo, linguagem agressiva, regressão como mecanismo de defesa do ego (endurece, encopere-se), fugas de casa constantes, postura sedutora, etc.

Frequentemente, na consulta de psicologia, deparamo-nos com vários sintomas psico-emocionais associados a abuso sexual. As vítimas passam por vários conflitos, desde identidade de género à repetição da cena traumática redireccionada a outro alvo sexual, como forma de compensação para as suas defesas inconscientes.

1.10. Consequências do abuso sexual

As consequências do abuso sexual são múltiplas, sendo que seus efeitos físicos e psicológicos podem ser devastadores e perpétuos (Kaplan & Sadock, 1990, citado por Blanchard, 1996).

O abuso sexual infantil pode gerar consequências físicas, emocionais, sexuais e sociais para as vítimas. Essas consequências podem se manifestar de múltiplas maneiras e podem ser devastadoras e definitivas (Amazarray & Koller, 1998; Echeburúa & Corral, 2006).

1.10.1. Físicas

As consequências físicas decorrem da agressão que a (o) adolescente sofreu e podem ser de vária ordem. A sua gravidade varia de acordo com a forma como o acto foi perpetrada, número de agressores e zonas corporais. Porém, podemos referenciar algumas consequências físicas tais como: inibição do crescimento, lacerações vaginais, anais e uterinas levando por vezes à histerectomia que pode ser total ou parcial, passar a sofrer de dispareunia, dores no baixo-ventre, e/ou frigidez.

O desenvolvimento sexual da criança é afectado pelo abuso e ela pode apresentar comportamentos sexuais atípicos para a sua idade. Tais comportamentos incluem brincadeiras sexualizadas, com bonecas, introduzir objectos ou dedos no ânus ou na vagina, masturbação excessiva e em público, conhecimento sexual inapropriado para a idade e pedido a adultos ou a outras crianças de estimulação sexual (Amazarray & Koller 1998; Habigzang & Koller, 2014, p. 22).

1.10.2. Económicas e sociais

Num estudo realizado por Dagnault & Hébert (2009, p. 22), foi concluído que o baixo rendimento escolar e dificuldades de relacionamento estiveram presentes em 54% das cem meninas entre sete e doze anos submetidas a avaliação.

Partindo do princípio de que os aspectos sociais estão sincronizados aos económicos, acreditamos que o abuso sexual, acarreta inúmeras consequências não só para a vítima, mas também para a família e para a sociedade, aumentando a procura por especialistas, baixando a produtividade ou rendimento escolar e podendo até precipitar os adolescentes a adoptarem comportamentos de risco.

Assim e a título de exemplo o aumento de casos de pacientes portadores de VIH, decorrentes da transmissão dolosa em vítimas de abuso, incidirá sobre o número de retrovirais necessários para acudir á demanda. O abandono de menores

levará o Estado a duplicar as verbas para centros de acolhimento e para contratar mais recursos humanos para o efeito.

As implicações familiares, também podem ser inúmeras, desde a sua disrupção até uma gravidez indesejada havendo múltiplas hipóteses que deixam marcas permanentes não só na vítima, mas também na família e na sociedade.

1.10.3. Psicológicas

Toda criança que foi submetida a um abuso intrafamiliar crónico sofre um dano psíquico e por conseguinte, estruturará o seu psíquico de uma maneira particular que a leva a ter um determinado comportamento com distorções perceptivas que dificultam um adaptado e evolutivo desenvolvimento pessoal (Colombo, 2013, p. 16).

O dano psíquico pode ser compreendido como: uma degradação, disfunção, distúrbio ou transtorno do desenvolvimento psicogénico, que compromete as esferas afectivas e intelectuais, que causa limitações na sua capacidade individual, familiar, social e recreativa (Mariano Castex 1985, citado por Colombo, 2013).

O dano psíquico aparece então como uma conotação de tal envergadura que, bloqueando o esperado desenvolvimento evolutivo, leva a criança a um deficiente crescimento que involucra tanto transtornos de comportamento, como cognitivos, físicos, sociais e afectivos. Segundo Freud, o inconsciente abriga uma grande quantidade de forças conflituantes.

Além da força das pulsões de vida e de morte, há também a intensidade das memórias das emoções recalcadas, bem como contradições inerentes à nossa compreensão da realidade reprimida. O conflito psicológico surge em função destas forças contraditórias subjacentes a todo o sofrimento humano (Hermeto & Mateus, 2012).

As relações interpessoais da primeira infância desempenham um papel construtivo radical, assumindo o carácter de relações constitutivas da personalidade; ausência ou privação delas, suas deformações, obstáculos ou deficiências, provocando diversas perturbações: regressões, fixações, bloqueios, ou paragem no desenvolvimento global da personalidade (Abreu, 2002, p. 43).

Todavia, como nos lembra Pontes, a sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, género, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é influenciada pela interacção de factores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (Pontes, 2011, pp. 23-24).

Na perspectiva relacional ou integracionista do comportamento, podemos definir os motivos ou necessidades como esquemas ou esboços de relações entre o organismo e o mundo, indispensáveis ao funcionamento e crescimento do primeiro, constituindo assim factores dinâmicos fundamentais da personalidade, enquanto estrutura funcional do sujeito (Abreu, 2002, p. 51).

Para dar melhor entendimento às conceptualizações propostas por Wolf (1984) e Finkelhor (1986), Sullivan desenvolveu o conceito de “espiral do abuso sexual”, que retrata com clareza o desenvolvimento do abuso rumo à motivação para a violência sexual efectiva incorporando o papel da excitação sexual ilícita, da culpa do medo e das consequências, das distorções cognitivas refinadas e da preparação para o abuso (Sanderson, 2005, p. 61).

Segundo Pimenta (2016, p. 95), os eventos traumáticos decorrentes do abuso sexual, acarretam consequências com desenvolvimento de emoções negativas dentre as quais citamos: sentimentos de culpa, frigidez no ato sexual com o cônjuge, sadomasoquismo, desonestidade, etc.

O autor ainda faz referência de que, a vítima não consegue ter uma relação afectiva honesta, arranjando sempre desculpas para evitar estabelecer contacto afectivo, tendo pensamentos negativos em torno dos envolvimento sexuais descritos por agressividade e violência para o cônjuge sem razão aparente e consequente síndrome do Estocolmo.

São várias as manifestações sintomáticas que as adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam. Da nossa experiência e do relato das vítimas destacam-se as seguintes perturbações (critérios de diagnóstico do DSM-V):

a) Perturbação de ansiedade generalizada: ansiedades e preocupações excessivas; irritabilidade, perturbações de sono caracterizadas por dificuldade em adormecer, permanecer a dormir ou sono insatisfeito;

b) Perturbações de estresse pós-traumático: por exposição directa a acontecimentos traumáticos ou testemunho, tentando evitar memórias, Pensamentos ou emoções que causem mal-estar e evitamento ou esforço para evitar estímulos externos (pessoas, lugares, conversas, actividades, objectos, Situações), que despertem memórias, ou emoções que causem mal-estar acerca dos acontecimentos traumáticos;

c) Perturbação do sono: vários adolescentes que foram vítimas de abuso apresentam dificuldades em manter o sono, caracterizada por despertares frequentes ou problemas em voltar a adormecer o que provoca mal-estar clinicamente significativo, podendo provocar falta de concentração e de assimilação na resolução de tarefas;

No quadro das parassónias, alguns já experienciaram terrores de sono, com despertares abruptos por terrores durante o sono.

1.11. Penalização do Abuso Sexual em Angola

A Carta Africana sobre os Direitos e bem-estar da criança no seu Artigo 16º, realça a protecção contra abusos e torturas da criança. Os Estados-Membros (no qual se inclui Angola) assumiram na presente carta que tomarão medidas específicas, legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança contra todas as formas de tortura, danos físicos e mentais, negligência ou maus tratos, incluindo o abuso sexual (p. 38).

Quanto às disposições legais sobre a protecção contra práticas sociais e culturais negativas (Artigo 21º), ficou também acordado que os Estados tomarão todas as medidas apropriadas para abolir os costumes e as práticas negativas, com especial atenção para a saúde, “o casamento de crianças e a promessa de casamentos de meninas e rapazes são proibidas e medidas legais serão tomadas, considera-se que a idade mínima para contrair o matrimónio seja de 18 anos (Ibidem, p.41).

Em Angola a única versão válida do Anteprojecto de Código Penal, já prevê as penalizações sobre os mais variados crimes de natureza sexual. O Artigo 168 - Define como crimes sexuais:

a) “Acto sexual”, todo o acto praticado para a libertação ou para a satisfação do instinto sexual;

b) “Agressão sexual”, todo o acto sexual realizado por meio de violência, coacção, ameaça ou colocação da vítima em situação de inconsciência ou de impossibilidade de resistir;

c) “Penetração sexual”, a cópula, o coito anal ou oral e a penetração vaginal ou anal com os dedos ou objectos utilizados em circunstâncias de envolvimento sexual.

O referido Código Penal, na Secção IV sobre as Disposições Comuns, ressalta que existem agravamentos na pena quando se avaliam os laços de consanguinidade, ascendente ou descendente, parente ou afim, até o terceiro grau da linha colateral, quando se encontra uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho.

Existe também agravamento da pena, quando o agente é portador de doença sexualmente transmissível, quando dele resultar uma gravidez, suicídio ou morte da vítima, ofensa grave a sua integridade física, ou transmissão de doença incurável que coloque em perigo a vida da vítima.

Para um delito de abuso sexual estabelece a pena de prisão de um a três anos. Se existir uma relação de parentesco entre o imputado e a vítima, produzem-se agravantes (a pena é maior), devendo, nestes casos, prever-se um risco iminente para a segurança das vítimas (Alcântara, 2019, p. 133).

No entanto poucos são os casos que chegam aos órgãos de justiça, pois grande parte deles são “resolvidos” em contexto familiar; noutros o abuso sexual apenas se converte em multa por parte do agressor e por vezes, a vítima ainda é coagida a colaborar com o agressor com consequências nefastas para esta, nomeadamente de foro psicológico.

Quanto à idade legal para consentimento sexual, considera-se que os 12 anos é a idade suficiente para dar o seu consentimento relativamente às relações sexuais. Ao estabelecer como idade mínima para consentimento sexual os 12 anos, a República de Angola coloca-se no extremo inferior de uma lista em que constam quase todos os países do mundo.

Esta situação também indica uma falha grave no seu quadro legal de protecção da criança. Na verdade, só se considerará violação se a criança vítima tiver menos de 12 anos de idade. Nos casos em que a criança vítima tenha 12 anos ou mais, esta terá de comprovar a inexistência de consentimento. Quando comprovado é possível haver acusação por abuso sexual, mas as penas são mais leves (Rsja, 2016, p. 44).

1.12. Repercussões sociais do abuso sexual em Angola

Segundo Pimenta (2016, p. 20-21), estamos diante de um novo fenómeno, designado por a “parafilia colectiva ou doença mental-sexual colectiva. A Globalização trouxe mal-estar aos africanos desde o incremento das violações sexuais que não poupam crianças inocentes e indefesas, adolescentes e idosas, assim como o aumento de gravidez indesejadas decorrentes do abuso sexual”.

Relativamente ao fenómeno de abuso sexual salienta a autora, que as muitas vítimas são tidas como culpadas do seu próprio infortúnio. São raros os familiares que prestam apoio a uma vítima de abuso sexual, sendo a expressão que na maioria das vezes soa para com a vítima é de que, se não te assanhasses muito o teu pai não te violaria, se não trajasses tão escandalosamente ou andasses fora de horas não serias vítima de violação sexual por parte do vizinho (Ibidem, p.45).

De acordo com o relatório sobre o sistema de justiça para as crianças em Angola (Rsja), existe um contexto tradicional, onde a violência sexual é muitas vezes considerada como um “assunto pessoal” que deve ser tratado dentro da família e não no sistema jurídico (Rsja, 2016, p, 25-26).

Mais de 600 menores a nível do país foram vítimas de abusos sexuais em 2018, muitas das quais ocorreram no seio familiar, revelou ao Jornal de Angola o Director do INAC, Dr. Paulo Kalessi. “Muitos destes casos que acontecem no seio familiar são praticados por um tio, primo e, por vezes, pelo próprio progenitor”. O assunto acaba por não ser denunciado às autoridades, o que é mau”, precisou o responsável (Jornal de Angola.sapo.ao 16/04/19).

Segundo a mesma fonte, de Janeiro a Outubro do ano de 2019, foram atendidas no INAC um total de 150 crianças do sexo femininas crianças abusadas sexualmente e 1 do sexo masculino (Base de dados do INAC 2019).

Na visão de Alcântara Costa (2019), vários têm sido os casos identificados, porém dos registados no INAC neste período, houve apenas um do sexo masculino o que nos leva a interrogar se não haverá aqui algum factor cultural.

1.13. Práticas culturais vinculadas ao abuso sexual

Segundo WHO (2006), citado por Magalhães et al, (2010, p. 8), também é considerado como abuso todos os casos em que a criança é vista como cúmplice em situações de violência sexual perpetrados contra ela, a violência sexual nas relações de intimidade, o casamento infantil e, ainda, as práticas culturais danosas, como a mutilação genital

Na perspectiva de Imbamba (2010, p. 113), a cultura é um pouco como o ar que respiramos: não nos apercebemos da sua existência nem mesmo da sua importância desde que seja sã e exista o suficiente para todos; mas se cheira mal ou começa a escassear, rendemo-nos conta subitamente, da sua importância e necessidade”.

Na cultura tradicional Bantu, existe a chamada iniciação à vida comunitária que vai dos ritos da puberdade ao simbolismo eficaz da iniciação. Neste caso a iniciação parece-se em muitos aspectos com um sacramento que põe o homem em contacto com o transcendente quer por lhe revelar parte do sagrado, quer porque sacraliza o homem (Altuna, 2014, p. 207).

Em muitos grupos, a iniciação feminina faz-se no final da idade infantil. A jovem é desflorada e a rotura do hímen é uma prova da feminidade adulta (Ibidem, p. 296).

Noutros grupos bantus, a prática de desfloramento mecânica é feita por uma mulher idosa com os dedos ou utilizando um pequeno instrumento. Na Costa ocidental de África, as jovens são desfloradas com ajuda de um bambu que conservam dependurado da vagina cerca de três meses. À volta da vulva, colocam formigas que devoram as ninfas e o clítoris (Ibidem, p. 299).

Pimenta (2016, p. 27) refere que na cultura africana em particular em Angola, o Ngombiri (abusador sexual sobretudo de crianças e jovens), recebe mensagens satânicas para Ngombelar (violar) crianças ou a sua própria mãe, a fim de obter tudo o que pretende, sobretudo meios monetários.

Segundo a autora, muitos adultos pagam à família o conhecido alambamento, só para obter uma criança que lhe satisfaça os seus caprichos sexuais, mesmo que já tenham uma ou mais esposas adultas, contudo, as crianças “compradas” às famílias não passam de meras vítimas de um sádico-paralítico, um pedófilo liberal, mimado pela lei e muito querido e amado pela cultura (Ibidem, p. 36).

Ainda sobre os factores culturais, alguns estão associados ao desejo de um enriquecimento com recursos a forças mágicas, “um pai sádico resolve ficar rico do dia para a noite, resolvendo então recorrer a um bruxo, que por sinal é outro sádico, para além de cobrar uma quantia monetária, instruir o mesmo a violar o seu próprio filho do sexo masculino, de forma continuada proibindo-o de ir à escola e de contar a quem quer que fosse sob pena de ser morto” (Pimenta, 2016, p. 70).

Na cultura africana ainda prevalece a ideia de pagar o kituxi (pagar a multa), quando se pratica actos do género, sobretudo quando se trata de abuso sexual com menores indefesos.

Este fenómeno tem sido tão comum e normal que encoraja a práticas de abuso sexual (culturalmente ou socialmente impunes) podendo, mesmo em alguns casos, as vítimas sucumbir.

O casamento precoce também pode surgir em situações em que houve um abuso sexual, famílias tidas como tradicionais, não admitem que se manche a honra, logo não importa a diferença de idade entre ambos, pois, o casamento seria a resolução para todas as possíveis falácias e julgamento popular. Orientados pelo clã ou soba, a família ora lesada recebe a multa ou dote e entrega a sua filha.

Na província de Cabinda, de onde também é típico o povo Bantu, pratica-se o tchikumbi como iniciação feminina de preparação moral, social, cultural e sexual imediatamente após a primeira menstruação, ou seja, entre os 12 e os 15 anos que pode durar de uma semana a três meses (Buza, Canga, António, Sita, Padi, & Buza, 2011 citado por Alves, 2015).

Na visão da autora, “existe um costume que prevalece aos olhos de todos e com o consentimento de todos e que é uma prática milenar, e hoje tal como outrora, sem qualquer julgamento ou outro impedimento social: os machistas agarram-se a

um casamento fictício para justificar a venda e o tráfico das filhas em troca de dote, o tão conhecido alambamento” (Pimenta, 2016, p. 33).

1.14. Acolhimento institucional da criança

Os textos analisados apontaram para os desafios na oferta de escuta e acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de violência e destacaram algumas estratégias já implementadas para investigar casos como esses recolhendo provas necessárias e ao mesmo se preocupando com a saúde mental dessas pessoas.

De acordo com autores, os casos de abuso sexual são cometidos por pessoas que estão próximas as vítimas, ou seja, aqueles de convívio social, como, pai, mãe, irmãos, tios, avós, cuidadores e assim por diante. O público desses agressores, são pessoas que aparentam mais vulnerabilidade (López & Lefèvre, 2019).

Visando apurar provas contra essas formas de violência, os Sistemas de Justiça criaram o Depoimento Especial, que é uma prática interventiva adotada para investigar os danos causados pelo abuso sexual em crianças e adolescentes vítimas dessa violência (Pelisoli & Dell’Aglia, 2016).

As Entrevistas com o uso do protocolo National Institute of Child Health and Human Development (NICHD) adentra na escuta e acolhimento dessas pessoas, sendo considerada uma ferramenta importantíssima na identificação dos factos ocorridos e das suas consequências. Porém, essa ferramenta contém questões de múltiplas escolhas e sugestivas, ou seja, questões que já apontam para uma resposta/situação, o que proporciona uma perda do relato infantil.

Os autores afirmam que as entrevistas que não utilizam o protocolo NICHD estabelecem mais abertura na obtenção de dados sobre o abuso sexual, Viabilizando aderência na investigação, pelo facto de priorizar a fala da criança/adolescente (Morete, et al., 2018).

O papel da psicologia requer extrema responsabilidade e integração com outras áreas do saber (assistente social, psiquiatras, psicopedagogos e etc), isto diz respeito não só a formação, mas a ética, o treinamento e a habilidade.

Características essenciais no processo de escuta, entrevista e intervenção no que se refere a pessoa envolvida. Proporcionado assim, uma actuação fidedigna e ética no exercício da psicologia jurídica (Pelisoli & Dell'Aglio, 2016).

A Escuta Especializada (EE) também é um dos parâmetros empregados nos processos de investigação e depoimentos de crime quanto a violência sexual infanto-juvenil e tem por finalidade obter informações que comprovem o crime denunciado, sendo que os seus questionamentos devem ser regidos por uma preparação técnica e responsável voltada ao acolhimento, evitando ao máximo intervenções sugestivas que contaminem as provas (Aznar-Blefari, et al., 2020).

Já com relação a Escala de Crenças Sobre o Abuso Sexual (ECAS), uma ferramenta utilizada por profissionais da saúde, segundo Pereira, et al., (2019), apresenta eficiência na identificação de situações ilícitas, sucedendo contribuições no âmbito da pesquisa, prevenção e intervenções no combate a violência sexual infanto-juvenil. Seus estudos de validação também têm influência significativa para o processo de investigação e colecta de dados, tornando consistente sua fidedignidade.

Percebe-se que muitos factores estão associados no descobrimento do abuso sexual sofrido por uma criança. O primeiro é compreender que aquela criança está sofrendo e anseia por protecção (Arpini, et al., 2017).

Desta forma, o processo de escuta, quando levado as autoridades, passa a expressar vários cunhos científicos, englobado os aspectos médicos, psicológicos, jurídicos e educativos, que acaba por trazer a vítima uma situação desconfortável em meio ao rompimento do silêncio, principalmente se a pessoa associada a situação de abuso, for um parente ou familiar próximo. A noção de vulnerabilidade se constitui em uma importante ferramenta para analisar essas situações (Arpini, et al., 2017).

Corrêa e Hohendorff (2020) aponta que a actuação de profissionais psicólogos dentro das actuações das delegacias de protecção pode contribuir na redução do adoecimento mental das vítimas de VS, bem como, dos profissionais que ali estão envolvidos. Segundo os autores, esse suporte psicológico se deve a ter

por meio da comunicação com todos os serviços prestados e disponíveis para que essa conexão seja de melhor qualidade.

1.15. Intervenções da psicologia frente ao abuso sexual Infanto-Juvenil

O conhecimento e aprofundamento do psicólogo no que concerne a prática médica, é essencial, visto que, são os laudos médicos e periciais que fundamentam os casos de abuso sexual. No entanto, é necessário atentar-se à complexidade que cada caso requer, a fim de propiciar o melhor apoio, acolhimento e tratamento frente a demanda (Silva, et al., 2020).

Os textos analisados basearam-se em diferentes abordagens clínicas para pensar sobre a violência sexual infanto-juvenil, sendo elas: a PACP (Psicanálise, Abordagem Centrada na Pessoa) e a TCC (Terapia Cognitivo-Comportamental).

Na perspectiva da abordagem psicanalítica a criança é percebida frente a esse contexto como um ser de cuidado e protecção. Atribuindo essa percepção as esferas jurídicas, podemos compreender que a criança toma o lugar de “vítima passiva” (no sentido de que a criança ou adolescente torna-se vulnerável) como objecto de desejo do outro, no caso, o agressor, devendo ser atribuída a um lugar protetivo e que respalde o cuidado.

O sentido adoptado diante da situação abusiva vivenciada pela criança ou adolescente mostra uma posição subjectiva, sendo manifestada pelas suas vivências, fantasias e desejos. Porém, para que possamos compreender tais preceitos é fomentado a necessidade de uma escuta e a análise do que é relatado (Darriba & Albuquerque, 2018).

Nos atendimentos clínicos psicanalíticos, até mesmo em outras abordagens da psicologia, umas das possibilidades que fornece abertura no que se refere a verdade é por meio da fantasia – recurso lúdico, pois, é por meio dela que se pode ter acesso as situações traumáticas, bem como, o estabelecimento de possíveis intervenções que fundamentaram os processos psicológicos (Darriba & Albuquerque, 2018).

A psicoterapia na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) buscar investigar as possibilidades de tratamentos que podem estar disponíveis, e consequentemente, fornecer ajuda as imposições proporcionadas pelo ASI, como,

alívio dos sintomas, dar apoio à família, informação e meios de lidar com a situação e etc.

Segundo os autores, a TCC demonstra que suas técnicas interventivas voltadas ao tratamento dos traumas são eficazes, isto, dado a sua rápida acção na resolução de problemas (Guerra & Arredondo, 2017).

Psicólogos que actuam por meio da abordagem centrada na pessoa (ACP) propõem questionamentos sobre o cognitivo, emocional, social e familiar. Tendo esses atributos em mente é possível ater-se ao cuidado e protecção que essa criança não teve no decorrer do seu desenvolvimento, fazendo um delineamento a respeito dos impactos trazidos pela vivência traumática (Campos, 2016).

Independentemente da linha teórica que abarca o campo da psicologia, denota-se a importância em conhecer e compreender as fases de desenvolvimento que atravessam a vida da criança e do adolescente para que se possam analisar os danos causados pela violência sexual com mais clareza e precisão, contribuindo assim, para a proposição de práticas de cuidados adequados (Darriba & Albuquerque, 2018; Guerra & Arredondo, 2017; Campos, 2016).

1.16. A actuação do psicólogo e o manejo intersectorial

No contexto da protecção da criança contra a violência e à amenização dos danos por ela causados, os profissionais da psicologia se ressaltam, tendo em vista seu papel protético e o potencial para auxiliar na amenização dos danos psicológicos causados as crianças e adolescentes vitimados.

Abordando as acções devidas pelo psicólogo no trato com crianças vitimadas pela violência infantil Balbinotti (2008) salienta a relevância de se ouvir a criança com cautela e profissionalismo, para evitar novos danos psicológicos. As formas de proceder a outiva da criança sexualmente abusada carecem de lhes resguardar de novos danos psicológicos, garantindo simultaneamente ao acusado o direito ao devido e justo processo legal.

Balbinotti (2008) lembra ainda a existência de uma proposta aprovada pela Câmara de Deputados sobre alteração legal prevendo a realização de um laudo psicossocial, pela equipe interprofissional, tal como sugere o Art.151, da Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também acerca do papel do psicólogo nas políticas sociais Alberto et al (2008) citam Bock (2003) que vê nessa profissão a necessidade de um amplo compromisso social, voltado à construção de teorias e práticas destinadas à transformação social sobretudo na protecção das camadas populares.

Eles defendem a actuação embasada numa psicologia dialéctica que olhe e actue, a partir do contexto, na participação política e nos espaços de confronto em defesa dos direitos dos cidadãos. E salientam como fundamental que o profissional de Psicologia actuante em entidades que atendem crianças e adolescentes em situação de risco entenda e trabalhe sob a perspectiva de que a criança e o adolescente são sujeitos que precisam das políticas sociais básicas a fim de ter garantido a protecção integral, fundamental para o seu desenvolvimento.

Relativo ao tema Soares e Mendes (2017) salientam a relevância das medidas projectivas, enfatizando a protecção enquanto caminho mais eficaz, seguro e acessível ao alcance das condições básicas de desenvolvimento da pessoa em fase de formação. Para os autores um desenvolvimento social e afectuoso equilibrado reduz ou paralisa o conflito do risco.

Assim é função essencial da sociedade a protecção de crianças e adolescentes contra o envolvimento com drogas e outros procedimentos de risco. Dentre as acções sugeridas para alargar os factores de protecção os autores citam a saudável convivência no seio familiar.

Na perspectiva de um trabalho abrangente Bagagi e Paiva (2012) ressaltam a perceptível necessidade de elaboração de propostas voltadas à facilitação do trabalho dos profissionais de saúde no enfrentamento da violência infanto-juvenil.

Dentre as acções sugeridas estão o oferecimento de cursos de qualificação para actuação do profissional, a execução de palestras educativas para os familiares nos sectores de atendimento às crianças e adolescentes e a elaboração de protocolos de atendimentos para as vítimas de violência. Bagagi e Paiva (2012) salientam também a importância do aperfeiçoamento do trabalho colectivo entre os órgãos responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes vitimadas pela violência.

E destacam a relevância das parcerias entre os hospitais, as delegacias de polícia, os conselhos tutelares, os centros de referência especializados da assistência social (CREAS) e o Ministério Público, no intuito de garantir o princípio constitucional da preferência absoluta da protecção integral das vítimas.

Nascimento (2009) enaltece o papel do psicólogo, declarando que o trabalho em conjunto com as autoridades é fundamental. Segundo a autora os psicólogos estão capacitados para compreender a mente e os processos mentais do comportamento humano, assim representam um grande passo na resolução de casos controvertidos como a violência sexual.

Nascimento (2009) adverte que magistrados e psicólogos devem buscar um objectivo comum, oferecendo espaço para que a vítima exponha o ocorrido e extrair dela o essencial, contribuindo para que prevaleça a justiça, o acolhimento e a protecção da vítima.

A actuação do psicólogo, segundo Alberto et al. (2008) se dá principalmente no modelo clínico e individual, excluindo acções no âmbito do contexto e centrando sua intervenção no indivíduo. Do ponto de vista dos profissionais, várias são as dificuldades destacadas no seu trabalho, predominando as de ordem económica e estrutural e a descontinuidade da clientela.

Sabe-se que existe a expectativa de muitos profissionais por um setting concebido dentro do modelo clínico e uma cobrança de enquadre do cliente. Esse modelo clínico, para Alberto et al. (2008) é individualizante e impede o profissional de cumprir seu papel de mobilizador e promotor da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, na busca da prevenção, da inclusão social e do protagonismo juvenil.

Nessa perspectiva a escuta é defendida sempre em benefício da criança, a qual precisa sentir-se respeitada incondicionalmente, devendo sua maneira de se expressar e até mesmo o seu silêncio serem compreendidos. Em síntese, as autoras salientam a relevância de que profissionais que escutam as crianças abusadas priorizem seu acolhimento.

A superação da violência infantil depende de acções articuladas, eficazes e bem norteadas no sentido de valorização e do resgate do ser humano atingido por

ela. Retomando as concepções expostas por Klippel e Camargo (2015) é fundamental que pesquisadores e trabalhadores sociais se envolvam de modo comprometido com a vida de seus protegidos.

Assim sendo não basta a construção de práticas comunitárias voltadas às mudanças e melhorias na vida, a autora vê como imprescindível auxiliá-las na compreensão da realidade pela superação das condições de opressão e exclusão quotidiana de tais indivíduos.

Enfim, a questão da violência infantil é uma problemática ampla e relevante e requer atenção essencial por parte das políticas públicas afins, dos profissionais da saúde e de outros sectores, ressaltando nesse contexto o psicólogo.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA DE PESQUISA

Reserva-se para este capítulo a descrição das ferramentas que serão utilizadas para a materialização da pesquisa, atribuindo-lhe o significado científico. Abordagem sobre o tipo de pesquisa, métodos e técnicas de pesquisa, população e amostra bem como a caracterização do local da pesquisa.

2.1. Tipo de pesquisa

A pesquisa do tipo exploratória, esta é entendida como a que se foca na busca de mais informações sobre um assunto novo, (Sousa e Baptista, 2015).

2.2. Modelo de abordagem

O estudo segue o modelo de abordagem qualitativa-quantitativa ou mista. Por pesquisa quali-quantitativa entende-se como o tipo de pesquisa que permite a mistura de técnicas de pesquisa, ou seja, a considera-se um intercâmbio entre as abordagens pelas técnicas específicas interagindo entre si.

Como se pode ver em Canastra, Haanastra e Vilanculos (2015), ao se tratar do paradigma misto, não se trata especificamente de um paradigma mais sim da combinação de instrumentos e técnicas habitualmente associados a um paradigma específico.

Esta combinação permitiu na percepção por vários pontos de vista dos dados observados, estando estes vinculados no uso de duas técnicas: Inquérito por questionário.

2.3. Níveis de estruturação de métodos

a) Nível teórico

Os métodos teóricos cumprem uma função epistemológica possibilitando a concepção teórica dos dados colectados. Estes métodos criam as condições para que se perceba mais de modo geral sobre o fenómeno, desde o contexto da pesquisa até ao universal, (Zayes, 1995).

Adequados as condições específicas do estudo, usou-se os métodos Indutivo-Dedutivo, Histórico lógico e a análise bibliográfica que se descrevem a seguir.

✓ **Método Indutivo**

Para o presente trabalho é útil o método indutivo. Sendo um método que permitiu partir do particular para chegarmos ao geral, o raciocínio indutivo estuda primeiro o máximo possível de casos particulares para depois confirmar uma realidade geral, (Lakatos e Marconi, 2000, p.63).

✓ **Método Dedutivo**

Segundo Lakatos e Marconi (2000, p.63), o método dedutivo parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenómenos particulares.

✓ **Histórico/lógico**

Este método permitirá fazer uma abordagem sobre a evolução da actuação do psicólogo nos casos de abuso sexual nas diferentes etapas de evolução psicológica, mediante a inovação considerada na prática da actuação dos psicólogos.

✓ **Análise bibliográfica**

Por meio deste método foram analisadas diferentes bibliografias como: Livros, dissertações, artigos científicos abordando sobre a temática em estudo. Ao longo do trabalho foram feitas citações para fundamentar os conceitos de modos a que se permeie a compreensão social sobre o mesmo.

b) Nível empírico / experimental

Toda pesquisa deve ser bem planificada se quiser oferecer resultados úteis e fidedignos. Esse planeamento envolve a tarefa de colecta de dados que corresponde a uma fase intermediária da pesquisa. Dentre os métodos empíricos utilizados estão os seguintes: Observação e inquérito por questionário.

c) Nível estatístico / matemático

Usou-se o método estatístico descritivo tais como as frequências absolutas, relativas e percentagens para a melhor compreensão do ponto de vista qualitativo dos resultados obtidos. Estes métodos servem para a quantificação dos dados adquiridos por meio da sua aplicação.

Portanto, é de grande importância para este trabalho, pois que a maior parte dos dados colectados e aqui analisados foram quantificados.

Conforme Battisti e Battisti (2008, p.10), como mostra a componente estatística é um conjunto de técnicas para a colecta, organização, análise e interpretação numéricos.

2.4. Técnicas de recolha de dados

As técnicas aqui apresentadas são entendidas como a operacionalização dos métodos e correspondem ao essencial para a realização do empirismo directo dessa pesquisa.

Segundo Zayes (1995), mostra a técnica como uma operação do método, sendo fundamental na colecta processamento e análise dos dados contando com instrumentos próprios.

Os dados colectados com base da observação, inquérito por questionário e pesquisa bibliográfica e documental.

2.5. Instrumentos e procedimentos

Possibilitou conhecer a real situação da orientação da concepção da actuação do psicólogo nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. O instrumento central utilizado foi o questionário, livros e documentos que abordam o assunto em estudo.

Esta técnica do inquérito é uma das mais usuais em estudos de carácter quantitativos sendo caracterizada por grandezas absolutas, estimar grandezas relativas, descrever uma população ou amostra, verificar hipóteses de natureza ou frequência de um comportamento variado, como refere Matalon (2001).

Também se caracteriza por um conjunto de perguntar dirigidas aos prováveis inqueridos que lhes pode ser enviado a quem responde com prazo certo de devolução ao pesquisador, sendo que podem ser abertos ou fechados. Considera-se também o questionário que contém as perguntas de ambas as categorias, (Aragão e Neta, 2017).

Através de uma matriz (o questionário) realizou-se na prática o levantamento dos dados com crianças e psicólogos cuja análise permitiu o diagnóstico da pesquisa.

2.6. População e Amostra

A população do estudo é constituída pelos psicólogos e crianças alvo de abuso sexual. O critério de amostragem considerado no estudo é do tipo probabilístico do modelo aleatório simples pelo facto de que não se seleccionou de um modo prévio os participantes desta, houve possibilidade de cada um dos participantes ser parte da amostra aqui utilizada.

A amostra aleatória simples é característica da amostragem probabilística considerada como a mais conhecida nos procedimentos científicos por permitir que todos os integrantes da população em estudo tenham a mesma possibilidade em participara do estudo, (Almeida e Freire, 2017).

No estudo, considera-se uma população total de (104) elementos considerados em quatro categorias, nomeadamente: a categoria do Director geral (1), a categoria de Subdirector pedagógico com (1), a categoria de professores com a população de (24), a categoria de alunos com (58) e a categoria de pais e encarregado de educação (22). Apresenta-se a baixo o quadro síntese da população e amostra do estudo.

Este tipo de amostra consiste em permitir maior possibilidade de participação na pesquisa a todo o universo populacional a se considerar no estudo. Aqui, os participantes da amostra não são seleccionados por conveniência do pesquisador. Assim, tomou-se amostragem de: (1) Director geral, (1) Subdirector pedagógico, (8) professores, (20) alunos e (6) pais e encarregados de educação, perfazendo o total de (36) elementos.

Tabela 1. Síntese da população e amostra

Nº	Categorias	Populaçã o	Amostra	
		Quantidade		%
01	Directora	01	01	2.5
02	Subdirector pedagógico	01	01	2.5
03	Subdirector Administrativo	01	01	2.5
03	Professores	24	5	13
04	Alunos	58	31	79.5
06	Total	85	39	100

Fonte: Elaboração própria

Realçar que os professores e alunos considerados na amostra, frequentam a instituição escolar no período matinal e são alunos da 7ª classe.

2.7. Caracterização do campo de Estudo

a) Localização

O Colégio Público nº 4082, é de carácter definitivo fica localizado no bairro Waku-Vidrul, por detrás da Empresa Movelider e junto da Escola Primária nº4039 Orlog, no Distrito Urbano Sede de Cacuaco em Luanda.

b) Situação geográfica

O Colégio Público nº4082, é limitado a norte com o Bairro Alto Kifangondo e as instalações do Sítio Histórico do Kifangondo, a Sul com o Bairro Alto Vidrul, a este pela avenida nº100 e o Bairro Candarias e a oeste pelo Bairro 11 de Novembro e a Empresa Paco, no Distrito Urbano Sede de Cacuaco – Sede em Luanda

c) Estrutura Organizativa da instituição

A instituição funciona com três (3) turnos, isto é, manhã, tarde e noite, sendo assim: Dez (10) salas de aulas, três (3) gabinetes onde funciona à Direcção da Escola (1 do Director Geral, 1 Subdirector Pedagógico e 1 Subdirector Administrativo), uma (1) secretária, quatro (4) casas de banho (uma (1) para a Direcção, uma (1) para os professores e duas (2) para os alunos), 1 pátios adjacentes. Para segurar o funcionamento do processo de ensino e aprendizagem à instituição funciona com oitenta e seis (86) funcionários efectivos, sendo três (3)

Directores, dois (2) funcionários de secretária, trinta e cinco (74) professores, incluindo masculino e feminino, três (3) seguranças, quatro (4) funcionárias da limpeza e um total de 2.256 alunos da 7ª a 9ª Classe matriculados no ano de 2024/2025.

2.8. Dificuldades encontradas

- ✓ A falta de energia eléctrica tem dificultado o funcionamento da escola;
- ✓ Dificuldades financeiras;
- ✓ Pouca experiência na construção do TFC;
- ✓ Dificuldades ao acesso a Escola de pesquisa.

CAPÍTULO III: DISCUSSÃO E RESULTADOS

Neste capítulo a interpretação dos dados colhidos com a aplicação do inquérito por questionário aos funcionários da do Complexo Escolar nº4082, Cacuaco. A informação aqui tratada é exclusiva destes dois processos de escolha que a cima se indicaram.

Os dados obtidos foram analisados a partir de categorias criadas, em parte, na fase de elaboração das perguntas do questionário por inquérito, a seguir a leitura atenta das respostas transcritas dos inquiridos, com vista a aceitar ou a refutar as três hipóteses inicialmente propostas.

As análises feitas dos dados colhidos foram baseadas no questionário apresentado pelos professores e aos membros da Direcção da Escola. No final, foram recolhidos todos os questionários. Então agradecemos a colaboração de todos e concluímos a colecta de dados.

3.1. Apresentação e interpretação dos resultados

3.1.1. Inquérito por questionário dirigida aos Membros da Direcção do Colégio Público Nº4082 - Cacuaco.

Dados do questionário aos Membros de Direcção do Colégio.

Foram inqueridos três membros de direcção com o intuito da percepção sobre o abuso sexual na escola. Como sendo os gestores na escola que lidam com os alunos no dia-a-dia, com certeza presenciam situações de indisciplina que os alunos trazem de forma para a escola, cabendo a estes a responsabilidade na garantia da educação de valores para que os alunos não saiam da escola tal como nela ingressaram, assegurando um conjunto de normas a vigorar no recinto escolar para a regulação da conduta dos sujeitos à escola.

Tabela 3.10. Dados da questão número 10 do questionário aos membros de direcção.

Sabes o que é abuso sexual	FA	FR	%
Sim		3	100
Não		0	0

Talvez	3	0	0
Total		3	100

Fonte: Elaboração própria.

Os professores sabem sobre o que é o abuso sexual, uma nota que desde já se revela positiva pois que estes têm grande influência nas acções de prevenção e combate do fenómeno já que também representa um atentado ao sucesso de sua actividade, na medida em que através de acções de abuso sexual, os alunos podem desistir ou ter mau rendimento académico.

Como refere (Monteiro, 2012, p. 36) “geralmente, o receio que a vítima tem de falar leva-a a desenvolver problemas como a depressão e a baixa autoestima”.

Do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem, sabe-se que os alunos nessas condições não desenvolvem a aprendizagem como se espera, urgindo a necessidade de intervenção da escola onde o professor é o principal agente.

Dados da questão número 2 do questionário aos membros de direcção

Na segunda questão, também os membros de direcção foram inqueridos se o Complexo Escolar Guima tem desenvolvido mecanismo para prevenir o abuso sexual. As respostas obtidas nisso são as seguintes.

Tabela 3.11. Dados da questão número 2 do questionário aos membros de direcção

Existem mecanismo para prevenir o abuso sexual	FA	FR	%
Sim	3	3	100
Não		0	0
Talvez		0	0
Total		3	100

Fonte: Elaboração própria

Todos os colaboradores (100%) responderam que sim, tem esse controlo por parte do departamento da direcção.

Dados da questão 2.1 do questionário aos membros de direcção

No Complexo Escolar Guima existe um psicólogo que tem feito o acompanhamento dos alunos abusados sexualmente. As respostas obtidas são as seguintes.

Tabela 3.11. Dados da questão número 2.1. do questionário aos alunos

Existem mecanismo para prevenir o abuso sexual	FA	FR	%
Sim	3	3	100
Não		0	0
Talvez		0	0
Total		3	100

Fonte: Própria

Sem muito por se realçar nesta questão, os inqueridos por múltiplas escolhas indicam maioritariamente que existe um psicólogo na escola, 100% indicam este facto.

Dados da questão número 3 do questionário aos membros de direcção

A terceira questão conduz a percepção se os professores já identificaram casos de bullying. Nessa questão, os professores na sua maioria indicam que sim, vide os dados na tabela 3.12.

Tabela 3.12. Dados do questionário aos membros de direcção

Já identificou um aluno abusado sexualmente	FA	FR	%
Sim	3	2	67
Não		0	0
Talvez		1	33
Total		3	100

Fonte: Elaboração própria

Os inqueridos maioritariamente indicam já ter identificado alunos que terão sofrido o fenómeno abuso sexual como vítimas. Neste grupo estão 2 membros de direcção, equivalendo a 67%, ao passo que um apresenta dúvidas sobre o facto, o que se pode aferir que nunca tenha identificado, já que enquanto gestor lida no dia a dia com o comportamento dos alunos.

Como se sabe, o gestor é encarregue na coordenação de toda instituição, assegurando normas disciplinares e de convivência que permeiem uma boa comunicação na instituição, toda acção do comportamento do aluno repercute sobre a acção da escola na formação dos jovens, na medida em que como já anteriormente referido, o abuso sexual é um fenómeno que pode inibir a actividade da vítima, interferindo fortemente no desenvolvimento da aprendizagem por parte destes, logo, o professor deve estar treinado, deve tomar consciência disso e estar atento a qualquer situação que evidencie a existência deste.

As vítimas do abuso sexual sofrem consequências que vão muito além da simples vergonha ou humilhação. Algumas vítimas experienciam sofrimento psicológico e/ou físico, o que lhes causa absentismo escolar e dificuldades de concentração nos trabalhos escolares. Os estudos, de uma maneira geral, demonstram que as vítimas têm baixa auto-estima, e que a sua vitimização pode levá-las à depressão a qual pode durar anos após a vitimização. (Sampsom, 2011, p. 17)

Os membros de direcção de facto têm grande papel nas acções de identificação e até mesmo de combate e prevenção ao abuso sexual.

Dados da questão número 4 do questionário aos membros de direcção

Como tem-se vindo a observar, a escola tem responsabilidade na prevenção do abuso sexual entre os alunos e uma forma principal é o facto de assegurar informação sobre o assunto, bem como a definição de medidas de represália para que não tenha prática abusiva para com os adolescente jovem. Nisto, a quarta questão buscou o entendimento através dos membros de direcção se a escola tem realizado actividade de sensibilização sobre as práticas do abuso sexual, vejamos a baixo na tabela 3.13 as respostas obtidas.

Tabela 3.13. Dados da questão número 6 do questionário aos membros de direcção

A escola tem realizado actividades de sensibilização	FA	FR	%
Sim	3	3	100
Não		0	0
Talvez		0	0
Total		3	100

Fonte: Própria

É consensual o facto de que a escola tem realizado actividades de sensibilização sobre o abuso sexual. De facto, representa uma nota positiva, já que actividades do género tendem a sensibilizar os alunos para abdicar de acções do género, denunciar em caso de ser vítima e repudiar sempre que ocorrer com o seu colega. A escola tem de facto esta responsabilidade, porém além de ser de forma directa com os alunos, deve envolver também a família, de modos a que estes estejam cientes do comportamento de seus educandos e ajudem a escola na identificação e até mesmo mitigação da situação.

Considerando a importância da família nessa e de mais intervenientes, (Pereira, 2019), conduz a percepção de que as acções de prevenção e combate ao abuso sexual devem envolver toda a comunidade escolar (educadores, gestores, estudantes e pais/responsáveis), por isso, neste guia apresentamos três instrumentos que podem ser utilizados pelos diferentes atores da comunidade académica, com diferentes abordagens com enfoque na minimização da (re) produção do abuso sexual no contexto escolar

Dados da questão número 5 do questionário com os membros de direcção

Nessa questão, os inqueridos foram instigados a reflectir sobre as consequências do abuso sexual. Esta questão também foi de carácter aberta, a semelhança da anterior, são apresentados a baixo os resultados mediante o entendimento dos inqueridos. Vide tabela 3.14.

Tabela 3.14. Dados da questão número 5 do questionário aos membros de direcção

Consequências do abuso sexual no processo de	FA	FR	%
---	-----------	-----------	----------

ensino aprendizagem			
Baixa auto-estima, exclusão social, baixa rendimento escolar	3	1	33
Trauma da mente do aluno, fraca assimilação, baixo rendimento escolar		1	33
Desistência dos alunos, agressão física, isolamento social		1	33
Total		3	100

Fonte: Elaboração própria

O abuso sexual por acaso tem consigo um conjunto de consequência que colocam em causa a vida e bem-estar da vítima agredida. Consequências emocionais ocorrem em grande parte, e como se vê, os gestores inqueridos, entre os seus argumentos indicam de facto que como consequências podem advir baixa auto estima, exclusão social, baixo rendimento escolar, traumas, entre outros.

Os aspectos mencionados vão de acordo aos indicados por (Sampsom, 2011, p. 17) , já mencionado e novamente se traz a reflexão;

As vítimas do abuso sexual sofrem consequências que vão muito além da simples vergonha ou humilhação. Algumas vítimas experienciam sofrimento psicológico e/ou físico, o que lhes causa absentismo escolar e dificuldades de concentração nos trabalhos escolares. Os estudos, de uma maneira geral, demonstram que as vítimas têm baixa auto-estima, e que a sua vitimização pode levá-las à depressão a qual pode durar anos após a vitimização.

De facto os inqueridos estão dentro do entendimento sobre as causas do abuso sexual, por isso, não deve ser de todo aceitável que casos de abusos sejam frequentes nesse contexto, já que os intervenientes da escola estão certos de que as consequências advindas dessa agressão podem inibir o desenvolvimento escolar do aluno, bem como inibira a sua capacidade de socialização, e como apresentados pelos alunos, facto que não se mencionam aqui pelos gestores, os alunos que sofrem abuso fortemente podem suicidar-se por vergonha ou por depressão.

3.1.2. Inquérito por questionário dirigida aos Membros da Direcção do Colégio Público Nº4082 - Cacuaco.

Dados do questionário dirigido aos professores

No decorrer da recolha de dados foram inqueridos cinco professores da 6ª classe. Os questionários por esses preenchidos em resposta as perguntas

submetidas permitem um conjunto de informação/dados que aqui serão analisados seguindo a sequência da utilização de tabelas.

Dados da questão número 1 da entrevista com os professores

A semelhança do inquérito aos alunos e membros de direcção, a primeira questão aos professores também foi para compreender se os mesmos sabem o que é o abuso sexual. No cerne das suas respostas, foi possível perceber que os professores têm sim noção sobre o assunto, ou seja, sabem o que é o abuso sexual. Vejamos a tabela 3.15.

Tabela 3.15. Dados da questão número 1 da entrevista aos professores

Sabes o que é abuso sexual	FA	FR	%
Sim	5	4	80
Não		0	0
Talvez		1	20
Total		5	100

Fonte: Elaboração própria

A tabela indica que 4 professores, o equivalente a 80% sabem o que é o abuso sexual, porém, um de entre eles se apresenta na dúvida sobre o assunto na medida em que em sua resposta indica a opção talvez. O domínio sobre este assunto deve ser tido indispensável para os professores visto que estes lidam com os alunos e são eles que mediante a acção educativa tendem a trabalhar tanto na educação como na reeducação dos alunos. Reeducação porque os alunos trazem consigo desde o lar um determinado comportamento que uma vez considerado nocivo ao ambiente escolar, a classe docente é responsável no trabalho para a sua extinção sob pena de perigar o desenvolvimento da aprendizagem pelos alunos. Como se viu no questionário com os alunos e com os membros de direcção, o abuso sexual tem consequências que atentam claramente o bom relacionamento entre os alunos, famílias e a sociedade, o desenvolvimento da aprendizagem e a inibição da sociabilidade, o que não é saudável para nenhum aluno, nisto, considera-se uma mais valia os professores que prontamente indicam saber sobre o assunto, sendo esse um ponto de partida para que se tome noção da gravidade do fenómeno na medida em que ocorre na escola, pelo que ao professor que se encontra em

dúvidas, é necessário no entanto que se desperte para que variáveis independentes não estejam dificultando a sua actividade docente educativa voltada na materialização dos objectos da educação que passam prontamente para uma aprendizagem activa e transformadora do aluno.

Dados da questão número 2 do questionário aos professores

O foco da questão número dois aos professores foi a percepção sobre se os mesmos já ouviram falar sobre o abuso sexual. A semelhança da resposta a primeira questão, a maioria dos professores indica que já ouviu falar sobre o assunto. A baixo os dados apresentados na tabela, seguida da sua interpretação.

Tabela 3.16. Dados da questão número 2 do questionário aos professores

Já ouviu falar sobre o abuso sexual	FA	FR	%
Sim	5	4	82
Não		0	0
Talvez		1	20
Total		5	100

Fonte: Própria

É visível que no horizonte de 5 professores, um de entre eles indica não ouvir falar sobre o abuso sexual. Atentando ao questionário, percebe-se que se trata dos mesmo que terá dito anteriormente que talvez saiba sobre o que é o abuso sexual, indicando dúvidas sobre o assunto. Tal como se mencionou anteriormente, sendo esse um fenómeno que muito ocorre na escola e tem consigo consequências que podem dificultar o processo de ensino aprendizagem, os professores não só devem estar atentos ao assunto obtendo informações, como também devem estar prontos a lidar com as situações de ocorrência do mesmo, de modos a evitar que a vítima tenha consequências e ou sequelas e que o agressor seja punido.

Mediante o desconhecimento do assunto, o professor pode até ser o actor do abuso sexual ao seu aluno, devendo-se por isso ter cuidado sobre o modo como o mesmo se relaciona com os alunos.

Dados da questão número 3 do questionário com os professores

A terceira questão foi para saber se os professores já identificaram situações de abuso sexual. Vejamos as respostas a baixo.

Tabela 3.17. Dados da questão número 4 do questionário aos professores

Já presenciou alguma situação de abuso sexual	FA	FR	%
Sim	5	1	20
Não		0	0
Talvez		4	80
Total		5	100

Fonte: Elaboração própria

Observando a tabela é notório que somente um professor afirma que já presenciou situação de abuso sexual na escola. De igual modo, os outros 4 que perfazem o total de cinco indicam sempre na negativa, desta vez para dizer que nunca presenciaram cenas de abuso.

De facto, o abuso sexual não é visível nesta escola e os professores e outros intervenientes como a família devem estar atentos a essa situação.

Dados da questão número 4 do questionário com os professores

A quarta questão foi para saber se o profissional da psicologia interna exerce o seu trabalho de forma antepada e competente de modo a evitar o comportamento lesivo para os alunos nomeada na ocorrência de abuso sexual. Vejamos as respostas a baixo.

Tabela 3.18. Dados da questão número 4 do questionário aos professores

O profissional tem exercido seu trabalho de forma antepada	FA	FR	%
Sim	5	4	80
Não		0	0
Talvez		1	20
Total		5	100

Fonte: Elaboração própria

Do questionário ora feito 80% dos entrevistados disseram que o profissional da psicologia interno exerce o seu trabalho de forma antepada e competente de modo a evitar o comportamento lesivo para os alunos nomeada na ocorrência de abuso sexual, e 20% afirma que o profissional interno não exerce o seu trabalho de forma antepada e competente de modo a evitar o comportamento lesivo para os alunos nomeada na ocorrência de abuso sexual.

3.1.3. Inquérito por questionário dirigida aos Alunos do Colégio Público Nº4082 - Cacuaco.

Dados da questão número 2 do questionário com os alunos

A primeira questão dirigida aos alunos inquiridos sobre se os mesmos sabem o que é o abuso sexual, nisto, as respostas assinaladas pelos alunos se apresentam na tabela a seguir.

Tabela 3.1. Dados da questão número 1 do questionário aos alunos

Sabes o que é o abuso sexual	FA	FR	%
Sim	31	26	84
Não		2	6
Talvez		3	10
Total		31	100

Fonte: Elaboração própria

Como se pode ver, a pergunta era de carácter fechada e entre as respostas mais seleccionadas, os alunos maioritariamente sabem o que é o abuso sexual. Verifica-se na tabela que 26 alunos assinalaram a opção sim e apenas 2 alunos a opção não e dois com advérbio de dúvida indicam talvez conhecer. Aos que indicam sim, correspondem a uma parcela percentual de 84% do total, sendo que 6% são os que disseram não e 10% os que disseram talvez.

O abuso sexual é uma acção agressiva psicológica que pode afetar a qualquer um, nisto, conhecer já significa um bom passo para se proteger e evitar as agressões pelo agressor, nisto, pode-se considerar positivo o facto de os alunos saberem o que é o abuso sexual, e com isso incentivar a escola a lidar com

questões de aconselhamento aos alunos para evitar cenas de agressão nesse sentido, bem como o de auto protecção em qualquer ataque do género.

Dados da questão número 2 do questionário com os alunos

Tendo-se sabido se os alunos sabem sobre o abuso sexual, a próxima questão voltou-se a percepção sobre se os alunos têm ouvido falar sobre o abuso sexual, nisto, para buscar maior percepção sobre o facto de que estes sabem o que é, e que têm ouvido falar como ato que afecta de certo modo as pessoas, tanto na escola como em outros vários pontos. A baixo os dados colectados.

Tabela 3.2. Dados da questão número 2 do questionário aos alunos

Já ouviu falar sobre o abuso sexual	FA	FR	%
Sim	31	28	90
Não		1	3
Talvez		2	6
Total		31	100

Fonte: Elaboração própria

Pode-se ver na tabela que em relação a questão anterior, os dados mudaram tendo-se aumentado o número de afirmações positivas e reduzido o número de dúvidas e negação.

Aqui, 28 alunos, o equivalente a 90% afirma que sim, têm ouvido falar sobre o abuso sexual, ao passo que, apenas 1 aluno implicando a 3% disse que não e outros 2, implicando a 6% apresenta-se na dúvida indicando talvez ouvir falar do abuso sexual.

Esses dados mostram que de certa forma os alunos têm tido alguma informação sobre o abuso sexual, mesmo sem obter maiores detalhes sobre o que têm ouvido, vale crer que os alunos na sua maioria estão prontos para compreender situações de abuso sexual, como já se referiu, o necessário, no entanto será a segurança sobre a informação qualificada em matéria de segurança e auto protecção sobre a auto protecção e até mesmo a identificação e denunciação do ato que é reprovável para a sociedade.

O abuso sexual é um comportamento muito frequente na escola entre os adolescentes, é preciso que no meio da interacção escolar, os alunos sejam incitados a avaliar seus comportamentos agressivos para com os colegas de modos a se evitar que agressores tenha espaço para vitimização dos seus colegas. Silva (2015)

Dados da questão 2.1. do questionário aos alunos

A par da questão número dois sobre já ter ouvido falar do abuso sexual, de modo sequencial a mesma, questionou-se aos mesmos, em caso de sim, onde estes terão ouvido falar da situação, de modos a perceber se nos locais em que muito frequentam como o caso da família e da escola se tem tomado o cuidado de falar sobre esse fenómeno no sentido de prevê-lo. A questão que obteve múltiplas escolhas para os alunos, teve como informação recolhida a que se segue na tabela a baixo:

Tabela 3.3. Dados da questão 2.1 aos alunos

Onde ouviu falar sobre o abuso sexual	FA	FR	%
Na escola e em casa	31	10	32
Na televisão		3	10
Em casa		3	10
Em casa e na televisão		5	16
Na escola		6	19
Na escola e na televisão		4	13
Total		31	100

Fonte: Própria

A maior ênfase das respostas apontam para o facto de os alunos ouvirem falar do abuso sexual na escola e em casa, este indicador foi seleccionado por 10 alunos, o correspondente a 32% do total. Outro elemento mais indicado é a escola, de forma isolada, ou seja, os alunos dão a entender que somente na escola é que têm ouvido falar sobre o fenómeno, como se pode ver, para este item, 6 alunos, o equivalente a 19% indica ser este o meio onde ouvem falar do abuso sexual. Interessa realçar também uma boa proporção de alunos combinando o ambiente de casa e da televisão, aqui, 5 alunos, o equivalente a 16% dá a entender que ouvem falar sobre o assunto em casa, através da televisão. Outros dados ainda foram possíveis de serem obtidos, os alunos também disseram que ouvem falar na escola e na televisão (4 alunos, equivalendo a 13%), ao passo que os indicadores isolados

de “na televisão” e “em casa” foram seleccionados por três alunos cada, correspondendo para cada caso 10%, que adicionado aos demais já mencionados representam o todo da amostra da pesquisa.

Mediante os dados, pode-se aferir que a informação tem sido veiculada pelos demais meios de interação dos alunos, seja na família, na escola e até mesmo nas mídias. Interessa realçar, que, no entanto, através destes meios, é necessário que se preparem os alunos, no sentido de evitar que sejam agressores ou agredidos, incitando-os a valorização do seu próximo naquilo que é.

Reflectindo sobre a possibilidade do abuso sexual na escola e sua prevenção, Monteiro (2012) conclui que a escola recebe diversidade de pessoas que desenvolvem diversas formas de comunicação, sendo as vezes vulnerável a existência da indisciplina, pelo que deve a escola traçar regras para controle dos comportamentos desviantes e ou agressivos.

A escola se torna num contexto de diversidade de papéis e funções em que muitas vezes surgem situações de indisciplina e de violência, pelo que se deverá fomentar nela uma perspectiva e consciência psicossociológica, definindo e esclarecendo os estilos comunicacionais, clarificando o contexto e promovendo a comunicação para e do aluno. (Monteiro, 2012, p. 41)

A escola deve ditar as regras de modo claro para evitar que comportamentos abusivos sejam frequentes, mesmo quando não se der conta do mal, a chamada de atenção e informação sobre os comportamentos nocivos à prática escolar devem sempre ocorrer.

Dados da questão número 3 do questionário aos alunos

A terceira questão do questionário, cingiu-se na percepção se os alunos conhecem alguém que tenha sofrido abuso sexual, vejamos as respostas a baixo.

Tabela 3.4. Dados da questão número 3 do questionário aos alunos

Conheces alguém que sofreu abuso sexual	FA	FR	%
Sim	31	15	48
Não		10	32
Talvez		6	19
Total		31	100

Fonte: Própria

Na tabela registando as respostas, verifica-se uma maioria de inqueridos indicando conhecer alguém que terá sofrido abuso sexual, para este aspecto, foram 15 afirmando conhecer, o que representa um valor percentual de 48%. A pesar de ter uma maioria indicando conhecer alguém que terá sofrido, interessa realçar que a maior percentagem pode remeter a percepção de que mais ou cerca de 40% não conheçam alguém que tenha passado por essa situação. Na tabela vê-se 10 alunos, equivalente a 32% indicando que não, e 6 alunos, equivalente a 19% indicando dúvida sobre o facto de conhecerem ou não alguém que tenha sido vítima desse fenómeno.

Na verdade, o fenómeno existe e é visível no dia-a-dia de muitos alunos, o que necessita ser acautelado pelos adultos, já que estes alunos são adolescentes e necessitam do cuidado adulto para a sua firmação em segurança na sociedade.

Dados da questão número 4 do questionário aos alunos

Saber os lugares de ocorrência frequente de acções de abuso sexual na escola foi o interesse da quarta questão, como tem vindo a ser, os dados colectados estão apresentados na tabela e ilustrados pelo gráfico que se segue.

Tabela 3.5. Dados da questão número 4 da entrevista aos alunos

Onde ocorreu este episódio	FA	FR	%
Na cantina	31	7	23
No intervalo		8	26
Em outros lugares		6	19
Na casa de banho		4	13
Não aconteceu nada		0	0
No corredor		5	16
Na sala de aula		1	3
Total		31	100

A hora do intervalo é indicada como o principal momento em que ocorrem as agressões pelo abuso sexual, como se pode ver, é a opção mais indicada pelos alunos, tendo sido optada por 8, correspondendo a 26%. Em segundo lugar, o mais indicado é a cantina da escola, aqui, 7 alunos correspondendo a 23% indicaram. Outra maior proporção indica a opção em outros lugares, nisto, cerca de 6 alunos, correspondendo a 19% indicaram ser o local em que ocorreu o episódio.

É necessário que a escola pelos seus mais variados intervenientes como segurança, pessoal de limpeza, pessoal administrativo, a família e outros, estejam atentos a situações envolvendo comportamentos de indisciplina que apontam para essa agressão, de modos a que os índices de sua frequência se reduzam. Quando o agressor tem vigilância e conhece as normas que vigoram para sancionar comportamentos abusivos, este pode se reeducar e evitar que a dor do castigo ou sanção recaia sobre ele. Considerando a necessidade de intervenção de forças múltiplas para lidar com o abuso sexual, entende o como uma situação de saúde pública, e por isso, cita (Fante; Pedra, 2008) reflectindo;

Em vários casos, o ambiente em que ocorre uma cena dessas pode ser fechada, como por exemplo na casa de banho, a vítima fustigada pode sofrer por medo de denunciar, o que deve ser evitado com constantes chamadas de atenção aos mesmos para denúncia pela vítima e abandono de tal prática pelo agressor. As proporções percentuais sobre os dados desta questão.

Dados da questão número 5 do questionário com os alunos

Na questão cinco, os alunos foram inqueridas sobre se acham o abuso sexual um ato de violência. Muitos sofrem de cenas de abuso sexual e apesar de lhes ferir emocionalmente, acham o comportamento do agressor como algo normal, o que evitaria que houvesse iniciativas de denúncia, assegurando um ambiente propício para a continuidade do agressor na agressão a sua vítima. A seguir as questões na tabela 3.6.

Tabela 3.6. Dados da questão número 6 do questionário aos aluno

Se abuso sexual é violência	FA	FR	%
Sim	31	24	77
Não		5	16
Talvez		2	6
Total		31	100

Fonte: Própria

As respostas obtidas por meio do questionário indicam um conjunto de respostas apontando ao facto de que a maioria dos alunos entende o abuso sexual como uma violência. Neste aspecto, 24 alunos, correspondendo a 77% indicam que sim, abuso sexual é violência. A outra proporção de alunos em diferenciação ao número total está distribuída em 5 alunos dizendo que não, negam o facto de o abuso sexual ser uma agressão, aqui, 16% correspondem percentualmente a estes, ao passo que outros 2 alunos, correspondente a 6% indicam alguma dúvida, mostrando que talvez o abuso sexual seja uma agressão.

O facto dos muitos que indica ser uma violência, assegura a percepção de que estando em presença de uma situação do género, com certeza buscaria pelo mecanismo de defesa para se desfazer da situação, como tem se vindo a analisar, se este for treinado e incitado a denunciar situações como estas, com certeza não deixaria de o fazer.

Interessa incorrer sobre os poucos alunos que indicam a negação ao facto de que o abuso sexual seja agressão, aqui, para trazer a luz a reflexão da escola sobre o perigo que ocorre na minimização deste fenómeno, já que os agressores normalmente tomam deste como veículo para se sentirem bem ou inseridos num ambiente escolar em estejam fracassando ou vivendo certo modo deprimido.

Dados da questão número 6 do questionário com os alunos

O foco da questão 6 é de saber se pessoalmente o aluno já sofreu abuso sexual. Como se tem verificado nas questões anteriores, os dados da questão seguem-se apresentados na tabela 3.7.

Tabela 3.7. Dados da questão número 6 do questionário aos alunos

Se já sofreu abuso sexual	FA	FR	%
Sim	31	13	42
Não		9	29
Talvez		9	29
Total		31	100

Fonte: Elaboração própria

Uma maior proporção para alunos que nunca sofreram abuso sexual é verificada na tabela das respostas, segundo 13 alunos, equivalendo a 42% nunca sofreram abuso sexual, o que é de facto um facto bom a considerar, já que alunos vítimas de abuso sexual tendem abandono escolar ou inibição da sua habilidade de socialização.

Não obstante os 13 alunos referidos a cima, ainda um conjunto de 9 alunos, correspondendo a 29% indicam já terem sofrido de agressão por abuso sexual, ao passo que na mesma proporção, os outros alunos indicam dúvidas se terão u não sofrido.

Os nove indicando que sim, conduzem a percepção de que o abuso sexual existe nesse contexto, o que remete a criação de mecanismos para a sua mitigação, de modos a que os alunos disfrutem livremente dos seus direitos e deveres no contexto da escola. A opressão é um dos elementos para a infelicidade de qualquer pessoa, logo, o abuso sexual pode ser causa de insucesso do aluno, facto que a escola não tem interesse em passar, já que esta objectiva a formação integral da personalidade dos alunos, permeando uma educação equitativa para todos.

Dados da questão número 7 do questionário aos alunos

Na sétima questão, o interesse foi a percepção sobre o que os alunos fariam se fossem vítimas de abuso sexual. Esta questão teve carácter de pergunta aberta, no entanto, os dados indicados na tabela 3.8, indicam apenas os principais aspectos focados pelos mesmos.

Tabela 3.8. Dados da questão número 7 do questionário aos alunos

O que fazer se fores vítima de abuso sexual	FA	FR	%
ignorar	31	7	23
Chorar e sentir raiva		5	16
Sair do ambiente em que me encontro		3	10
Deixar de lidar com a pessoa		5	16
Ir para casa		5	16
Não sei o que fazer		6	19
Total		31	100

Fonte: Elaboração própria

São várias as respostas apresentadas pelos alunos, porém, entre elas não se verifica de forma alguma a questão de denunciar o agressor. Pode-se ver na tabela uma maior proporção de alunos indicando que em caso de abuso sexual, ignorariam a situação, aqui, estão um conjunto de 7 alunos, equivalendo a 23%. Um segundo grupo com maior ênfase refere que não sabem o que fazer em caso de ser atacado, estes correspondem a 6 alunos na proporção de 19%.

Os outros alunos estão distribuídos nas respostas de chorar e sentir raiva, com 5 alunos, o equivalente a 16%; sair do ambiente em que se encontra, 3 alunos, correspondendo a 10%; deixar de lidar com o colega, 5 alunos correspondendo a 16%; e, por fim, os alunos que indicam que em caso de abuso sexual a solução seria ir para casa, aqui estão 5 alunos, o equivalente a 16%.

Verifica-se claramente, apesar de que não numa proporção de maioria dos inqueridos que o abuso sexual pode incentivar abandono escolar. Os alunos dizem que se sofrerem por abuso sexual a solução seria ir para casa, no entanto, na medida em que o agressor intensificar a sua agressão, a vítima correrá para casa, o que resultará em baixo rendimento, com risco eminente para o abandono da escola. Os alunos em momento algum mencionam o facto de ter que denunciar a situação, o que revela a necessidade da escola trabalhar no sentido de assegurar a proteção da vítima em caso de ameaças como estas, evitando que os alunos fujam da escola como mecanismo de defesa a ataques.

Em muitos casos a escola, os professores tendem a culpar a vítima por não ter denunciado, no entanto, não tem lidado acções preventivas que moldem a vítima

sobre a segurança que obtém. Num estudo semelhante a este (Gonçalves), citado por (Souza, 2015, p. 30) conclui que;

Há, por parte dos educadores, uma crença de que o problema seja de responsabilidade exclusiva das famílias, o que os leva a uma dificuldade em compreender formas de superação dessa violência ligadas às práticas de instalação de um ambiente cooperativo em sala de aula. Além disso, em caso de alvos-provocadores de abuso sexual, constatamos que há uma responsabilização do sujeito que é vitimizado na escola, de modo que os professores se isentam da responsabilidade de actuar no enfrentamento do problema, à medida que culpam o próprio alvo por seu processo de vitimação.

É necessário que prontamente se tomem medidas correctivas para prevenir mesmo quando aparenta inexistência, estar pronto pra defesa de um ataque é uma arma melhor para evitar sequelas de agressões sofridas.

Dados da questão número 8 do questionário aos alunos

Nesta questão, perguntou-se aos alunos sobre quais as consequências ou transtornos que o abuso sexual pode causar. Também como uma pergunta de carácter aberta, registar-se na tabela as respostas mais repetidas por estes. A tabela 3.9.

Tabela 3.8. Dados da questão número 8 do questionário aos alunos

Quais as consequências do abuso sexual	FA	FR	%
Desgosto	31	7	39
Morte por desgosto		12	32
Depressão		10	29
Fugir da escola ou do meio onde aconteceu o ato		9	65
Vergonha		20	65
Baixa auto-estima		20	32
Transtorno psicológico		10	23
Suicídio		7	77
Desespero		24	81
Total		31	100

Fonte: Elaboração própria

Realçar que os dados indicados não estão calculados consoante a proporção do número total, ou seja, na medida em que as repostas foram coincidindo, a

quantidade foi duplicando. Por exemplo, se dois alunos indicaram desgosto e depressão ao mesmo tempo, estes dois são contados isoladamente nas opções dentro da tabela, pelo que, a percentagem indicada e o total, não referem a soma da FR e nem da percentagem, porem implica a base mediante a amostra utilizada.

Verifica-se que entre os aspectos apresentados como consequência pelos alunos, muitos coincidem maioritariamente a indicar que o abuso sexual pode ter como consequência as depressões, 25 alunos correspondendo a 81% assim referem; desespero, 24 alunos equivalendo a 77% afirmam; baixa auto-estima, 20 alunos correspondendo a 65% assim referem; vergonha, aspecto indicado por 20 alunos, igualmente correspondendo a 65%. Não muito abaixo da metade, os alunos também dizem que esse fenómeno causa como consequência morte por desgosto, 12 alunos na proporção de 39% assim referem; depressão e transtornos psicológicos, ambos apresentados por 10 alunos cada equivalendo a 32%; e, desgosto e suicídio, indicado por 7 alunos em correspondente a 23% do total

Num outro dado e não menos importante, 9 alunos indicam que os alunos tendem a fugir da escola como mecanismo de defesa, como já se verificou na questão anterior.

De facto, os alunos até têm uma noção sobre o abuso sexual e os elementos que apresentam como consequências são os que de facto se tendem a evitar dos alunos.

De um modo geral, esta acção negativa, intencional e continuada, gera nas vítimas efeitos negativos como: depressão, ansiedade, baixa auto-estima, dificuldades de interacção no meio escolar e dificuldades no desenvolvimento normal da aprendizagem. As consequências não são apenas exclusivas das vítimas, afectam também os agressores. Aliás, como já se disse, muitas das vítimas acabam por ser também agressores, que vivem com intensidade estes efeitos. (Monteiro, 2012, p. 36)

De facto, é necessário que se elevem aspectos para elevar a preparação dos alunos em situações como esta.

CONCLUSÕES

Mediante os resultados do questionário, concluiu-se o seguinte:

No que concerne o abuso sexual no Complexo Escolar nº4082, verificou-se que tem usado métodos para evitar qualquer situação do abuso sexual infanto-juvenil, e que o órgão de gestão da escola, através de mecanismos como, um bom sistema de controlo interno. Entretanto, as normas técnicas de educação e não isentando o profissional psicólogo dessas mesmas funções, uma vez que, os psicólogos devem adoptar uma postura céptica tendo em atenção a ocorrência de abuso ou de outros indicadores suspeita deste fenómeno.

Descreveu-se que, os abusos sexuais na escola têm a contecidos na hora do intervalo é indicada como o principal momento em que ocorrem as agressões pelo abuso sexual, como se pode ver, é a opção mais indicada pelos alunos, tendo sido optada por 8, correspondendo a 26%. Em segundo lugar, o mais indicado é a cantina da escola, aqui, 7 alunos correspondendo a 23% indicaram. Outra maior proporção indica a opção em outros lugares, nisto, cerca de 6 alunos, correspondendo a 19% indicaram ser o local em que ocorreu o episódio.

É necessário que a escola pelos seus mais variados intervenientes como segurança, pessoal de limpeza, pessoal administrativo, a família e outros, estejam atentos a situações envolvendo comportamentos de indisciplina que apontam para essa agressão, de modos a que os índices de sua frequência se reduzam. Quando o agressor tem vigilância e conhece as normas que vigoram para sancionar comportamentos abusivos, este pode se reeducar e evitar que a dor do castigo ou sanção recaia sobre ele. Considerando a necessidade de intervenção de forças múltiplas para lidar com o abuso sexual, entende o como uma situação de saúde pública, e por isso, cita (Fante; Pedra, 2008) reflectindo.

Portanto, quanto as hipóteses conseguiu-se testá-las, entendendo o quanto é importante a presença do psicólogo em uma instituição, reduz significativamente a existência de índice de abusos, pelo que elevou a produtividade da escola com a melhoria da gestão da mesma.

SUGESTÕES

- Que a Direcção do Colégio público nº4082, vela no sentido de melhorar o relacionamento de manter o exercício pleno das suas competências e valência para melhor desempenho no tratamento de situações sobre o controlo do abuso sexual;
- Que se criem melhores condições para comodidade dos profissionais da educação e psicologia possam exercer as suas actividades com eficiência e eficácia;
- Ao psicólogo que esteja atento nas aberturas que se podem dar para a materialização de situações ou movimento de abusos;
- Avaliar a influência do psicólogo na prevenção e redução de abusos sexuais na escola;
- Aos demais colaboradores que não se deixem envolver de modo algum em movimentos deste fenómeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*.

Azambuja, M. R. Fay (2011). *Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Abreu, M. (2002). *Cinco ensaios sobre motivação*. 2ª ed. Coimbra – Portugal: Ed –Almedina

Alcântara, C. (2019). *Manual de Prática Policial*. 1ªed. Luanda-Angola: Mwangolé SA.

Altuna, R. R. A. (2014). *Cultura Tradicional Bantu*. 2ª ed. Portugal: Paulinas editoras

Alves, M. (2015). *O Abuso de Menores em Luanda - Percepções e concepções do sistema acerca da protecção social e do ordenamento sociojurídico*.

Angola. Código Penal- WIPO <https://www.wipo.int> consultado no dia 1 de Dezembro de 2019.

Aznar-Blefari, C., Schaefer, L. S., Pelisoli, C. da L., & Habigzang, L. F. (2020). *Atuação de psicólogos em alegações de violência sexual: boas práticas nas entrevistas de crianças e adolescentes*. Psico-USF, (25) 4, 625-635.<http://dx.doi.org/10.1590/1413/82712020250403>.

Arpini, D. M., Savegnago, S. D. O., & Witt, C. dos S. (2017). *O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual*. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais,(12)2,247-262.

Alberto, Cavalcanti Guedes, P., Ramalho de Sousa, (2008). *O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco*. Psicologia Ciência e Profissão, 28(3)

Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). *Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 1(3), 559-578.

Brasil (2013). *Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Criança se Adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.p

Balbinotti, C. (2008). *A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso*. Direito & Justiça,

Bagagi, P. Paiva, C. N. (2012) *A atuação dos profissionais de saúde nos casos de violência contra crianças e adolescentes*. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, Garça,

Campos, J. (2016). *Criança vítima de violência sexual Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa*. Psicólogo informação, (20)20, 26-47. <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v20n20p25-47>

Camargo, D. D. (2015). *Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 10 (2), 340-353

Corrêa, F., & Hohendorff, J. V. (2020). *Atuação da delegacia de proteção à criança e ao adolescente em casos de violência sexual*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, (20)1, 9-29. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.50787>

Conselho Federal de Psicologia (02 abr. 2021). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual*.

Darriba, V. A., & Albuquerque, A. B. de. (2018). *A suspeita de abuso sexual e o psicanalista*. Estilos Clínicos, (23) 3, 611-625. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i3p611-625>

Florentino, Bruno Ricardo Bérghamo (2015). *As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes*.

Guerra, C., & Arredondo, V. (2017). *Investigación sobre psicoterapia en abuso sexual infantil: ¿una tarea pendiente en Chile?* Summa Psicológica UST, (14)1, 1-11. https://translate.google.com/translate?hl=ptBR&prev=_t&sl=es&tl=pt&u=http://summa-psicologica.cl/.

Habigzang, L. & Koller S. (2014). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual*. Manual de capacitação profissional. São Paulo - Brasil: Casa do Psicólogo.

Habigzang, Silvia Helena(2011. p. 338-344). *Abuso sexual contra crianças e adolescente: aspectos conceituais e estudos recentes*. Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hermeto, M. & Marteus A. (2012). *O livro da psicologia*. São Paulo: Copyrht by Editora Globo

Intebi, I. (2011) *Proteger, reparar, penalizar: evaluación de sospechas de abuso sexual infantil*. La ed. Buenos Aires: Granica

Imbamba, J. Manuel. (2010). *Uma Nova Cultura: para mulheres e homens novos*. 2ªed. Luanda – Angola: Edições Angola.

Lima, Isabel Vieira Braz de; Diolina, Josimara. (2013, p. 11-12). *Consequências Psicológicas do abuso Sexual na Infância e Adolescência: Uma Ferida Invisível*. Disponível em:<http://www.site.ajes.edu.br/direito/arquivos/20131030201243.pdf> 06 set. 2020

López, C. G., & Lefèvre, F. (2019). *Descubrimiento del abuso sexual del niño: revelación o silencio*. Revista Cubana De Salud Pública, (45)1, 1-18. https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es_ES.

Magalhães T. & Colaboradores (2010). *Abuso de crianças e jovens: Da suspeita aodiagnóstico*. Lisboa – Portugal: Lidel edições técnicas Lda

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (2014). *Carta africana sobre os direitos e bem-estar da criança*. 1ª ed. Luanda-Angola: Gráfica Artes Lda.

Morete, V. S., Gallo, A. D., & Rocha, G. V. M. da. (2018). *Técnicas de entrevista em casos de abuso sexual infantojuvenil: uma revisão sistemática*. Psico. Argum., (36)91, 70-92. <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.36.91.AO05>.

Nascimento. S. A. V. (2009). *Violência intrafamiliar e a síndrome do segredo*. Revista do Ministério Público de Goiás, Goiânia °12(17), 33-40

Pimenta, M. E. (2016). *Vítimas de abuso sexual submetidas ao silêncio sepulcral pela força cultural africana e casos atípicos*. Lisboa-Portugal: Edição: Dikaion Unipessoal Lda.

Pelisoli, C. L.; D. D. Dalbosco (2019). *Práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual*. Arquivo, Brasil, Psicologia.

Pereira, C. de A., Maciel C. S., Dias, V. C. C., & Alexandre, O. de M. T. (2019). *Validação da Escala De Crenças Sobre Abuso Sexual (Ecas) no contexto brasileiro*. Psico-USf, (24)1, 145-158.

Pontes, A. F. (2011). *Sexualidade: Vamos conversar sobre isso? Promoção do desenvolvimento Psicosssexual na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção em meio escolar*. Programa de Doutorado em Saúde Mental. Portugal - Porto. Editor Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS).

Rsjca (2016). Bié, Huíla, Luanda, Moxico Agosto: *Relatório sobre o Sistema de Justiça para Crianças em Angola de 2015 a junho de 2016*.

Sanderson, Christiane (2005). *Abuso sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos e Pedofilia*. São Paulo

Sanderson, C. (2008). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. Reimpressão, São PauloBrasil: M. Books Editora Ltda.

Silva, F. C. Da, Monge A., Landi A. C., Zenardi, A. G., et al. (2020). *Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários*. Rev. Saúde Pública, (54)134.

Soares, G. R. & Mendes, D. F. (2017). *Atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas*. Psicologia e Saúde em Debate. 2. (Ed Esp. 1)117-137.

Stratton, P., Hayes, N. (2008). *Dicionário de Psicologia: tradução de Esméria Rovai*. São Paulo - Brasil: Cengage Learning.

Santos M..J, et al. (2018). *Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014*. Epidemiologia e Serviços de Saúde,

Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo, SP: M. Books do Brasil.

Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). *Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia socialcomunitária: Possíveis articulações*. *Psicologia & Sociedade*, 23 (spe), 12-21. <https://doi.org/10.1177/0137554811419111>.

APÊNDICES

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDA AOS MEMBROS DA DIRECÇÃO DO COLÉGIO PÚBLICO Nº4082-CACUACO

Elaborou-se o inquérito com o objecto de compreender "a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda no I Trimestre de 2024-2025", para elaboração de um Trabalho de Fim de Curso em Licenciatura, curso de Psicologia.

I – Informações Sociodemográficas dos Membros da Direcção do Colégio Público nº4082- Cacuaco

Data:...../...../2024

- Idade: 20-25 anos [] 26-30 anos [] 36-40 anos [] + de 50 anos []
- Estado civil: Solteiro [] Casado [] União de factos [] Outro.....
- Género: Masculina [] Feminina []
- Nível académico: Básico [] Ensino Médio [] Bacharel [] Licenciado []

II – Papel da(o) Psicóloga(o) nas situações de violência

Para Psicólogos:

1. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados ao lidar com casos de abuso sexual infanto-juvenil na escola?

- () Falta de recursos adequados
- () Resistência por parte das vítimas
- () Falta de treinamento específico
- () Outro (por favor, especifique): _____

2. Que tipo de intervenções ou estratégias você considera mais eficazes para apoiar vítimas de abuso sexual na escola?

- () Aconselhamento individual
- () Grupos de apoio
- () Educação preventiva
- () Outro (por favor, especifique): _____

3. Você acredita que a escola tem políticas e procedimentos claros para lidar com casos de abuso sexual?

- () Sim
- () Não

4. Na sua experiência, como você avalia o impacto da sua actuação na recuperação das vítimas de abuso sexual?

	☐ Muito positivo ☐ Positivo
	☐ Neutro ☐ Negativo ☐ Muito negativo
5. Quais recursos ou apoios adicionais você acredita serem necessários para melhorar a actuação dos psicólogos em casos de abuso sexual na escola?	
	☐ Treinamento contínuo ☐ Maior envolvimento da comunidade escolar ☐ Recursos financeiros adicionais ☐ Outro (por favor, especifique): _____
6. Em sua opinião, qual é o papel mais importante do psicólogo na prevenção e intervenção em casos de abuso sexual infanto-juvenil na escola?	
Para Vítimas:	
1. Você já recebeu apoio de um psicólogo ou profissional de saúde mental em relação a um incidente de abuso sexual?	
	☐ Sim ☐ Não
2. Caso tenha recebido apoio, como você avalia a eficácia desse suporte?	
	☐ Muito eficaz ☐ Eficaz ☐ Neutro ☐ Ineficaz ☐ Muito ineficaz
3. Você se sentiu confortável ao discutir o abuso sexual com um profissional de saúde mental?	
	☐ Sim ☐ Não
4. Na sua opinião, o que a escola poderia fazer para prevenir o abuso sexual infanto-juvenil?	
	☐ Educação preventiva ☐ Maior supervisão de adultos ☐ Promover um ambiente seguro ☐ Outro (por favor, especifique): _____
5. Como você avalia o apoio que recebeu da escola após a revelação do abuso sexual?	

	• ☐ Muito bom • ☐ Bom • ☐ Regular • ☐ Ruim • ☐ Muito ruim
6. Que tipo de mudanças você gostaria de ver na escola para melhor apoiar vítimas de abuso sexual?	
Para Pais:	
1. Você acredita que a escola está fazendo o suficiente para prevenir o abuso sexual infanto-juvenil?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
2. Como você avalia a comunicação da escola em relação a medidas preventivas de abuso sexual com os pais?	
	• ☐ Eficiente • ☐ Ineficiente
3. Você acha que os pais deveriam receber mais informações e treinamento sobre como reconhecer sinais de abuso sexual em seus filhos?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
4. Você já recebeu informações ou orientações da escola sobre como abordar o tema do abuso sexual com seu filho?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
5. Na sua opinião, qual é o papel dos pais na prevenção do abuso sexual infanto-juvenil?	
	• ☐ Conversas abertas com os filhos • ☐ Monitoramento das actividades das crianças • ☐ Colaboração com a escola • ☐ Outro (por favor, especifique): _____
6. O que a escola poderia	

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDA AOS PROFESSORES DO COLÉGIO PÚBLICO Nº4082-CACUACO

Elaborou-se o inquérito com o objecto de compreender "a importância da actuação de psicólogos nos casos de abuso sexual infanto-juvenil. Caso do Colégio Público nº 4082, no Município de Cacuaco na Província de Luanda no I Trimestre de 2024-2025", para elaboração de um Trabalho de Fim de Curso em Licenciatura, curso de Psicologia.

III – Informações Sociodemográficas dos professores

Data:...../...../2024

- Idade: 20-25 anos [] 26-30 anos [] 36-40 anos [] + de 50 anos []
- Estado civil: Solteiro [] Casado [] União de factos [] Outro.....
- Género: Masculina [] Feminina []
- Nível académico: Básico [] Ensino Médio [] Bacharel [] Licenciado []

IV – Papel da(o) Psicóloga(o) nas situações de violência

Para Psicólogos:

1. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados ao lidar com casos de abuso sexual infanto-juvenil na escola?

- () Falta de recursos adequados
- () Resistência por parte das vítimas
- () Falta de treinamento específico
- () Outro (por favor, especifique): _____

2. Que tipo de intervenções ou estratégias você considera mais eficazes para apoiar vítimas de abuso sexual na escola?

- () Aconselhamento individual
- () Grupos de apoio
- () Educação preventiva
- () Outro (por favor, especifique): _____

3. Você acredita que a escola tem políticas e procedimentos claros para lidar com casos de abuso sexual?

- () Sim
- () Não

4. Na sua experiência, como você avalia o impacto da sua actuação na recuperação das vítimas de abuso sexual?

- () Muito positivo
- () Positivo

- ☐ Neutro
- ☐ Negativo
- ☐ Muito negativo

5. Quais recursos ou apoios adicionais você acredita serem necessários para melhorar a atuação dos psicólogos em casos de abuso sexual na escola?

- ☐ Treinamento contínuo
- ☐ Maior envolvimento da comunidade escolar
- ☐ Recursos financeiros adicionais
- ☐ Outro (por favor, especifique): _____

6. Em sua opinião, qual é o papel mais importante do psicólogo na prevenção e intervenção em casos de abuso sexual infanto-juvenil na escola?

Para Vítimas:

1. Você já recebeu apoio de um psicólogo ou profissional de saúde mental em relação a um incidente de abuso sexual?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2. Caso tenha recebido apoio, como você avalia a eficácia desse suporte?

- ☐ Muito eficaz
- ☐ Eficaz
- ☐ Neutro
- ☐ Ineficaz
- ☐ Muito ineficaz

3. Você se sentiu confortável ao discutir o abuso sexual com um profissional de saúde mental?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Na sua opinião, o que a escola poderia fazer para prevenir o abuso sexual infanto-juvenil?

- ☐ Educação preventiva
- ☐ Maior supervisão de adultos
- ☐ Promover um ambiente seguro
- ☐ Outro (por favor, especifique): _____

5. Como você avalia o apoio que recebeu da escola após a revelação do abuso sexual?

	• ☐ Muito bom • ☐ Bom • ☐ Regular • ☐ Ruim • ☐ Muito ruim
6. Que tipo de mudanças você gostaria de ver na escola para melhor apoiar vítimas de abuso sexual?	
Para Pais:	
1. Você acredita que a escola está fazendo o suficiente para prevenir o abuso sexual infanto-juvenil?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
2. Como você avalia a comunicação da escola em relação a medidas preventivas de abuso sexual com os pais?	
	• ☐ Eficiente • ☐ Ineficiente
3. Você acha que os pais deveriam receber mais informações e treinamento sobre como reconhecer sinais de abuso sexual em seus filhos?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
4. Você já recebeu informações ou orientações da escola sobre como abordar o tema do abuso sexual com seu filho?	
	• ☐ Sim • ☐ Não
5. Na sua opinião, qual é o papel dos pais na prevenção do abuso sexual infanto-juvenil?	
	• ☐ Conversas abertas com os filhos • ☐ Monitoramento das actividades das crianças • ☐ Colaboração com a escola • ☐ Outro (por favor, especifique): _____
6. O que a escola poderia	

ANEXOS